

**PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35300555830  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Convocamos os senhores acionistas da **Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.** ("Companhia") a comparecer presencialmente à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 24 de abril de 2025, às 15h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Gerivalda, nº 207, conjunto 172, 8º andar, Butantã, CEP 05601-900 ("AGOE/2025"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) deliberar a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2025; (iv) deliberar o pagamento da participação dos Administradores no lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (v) fixar o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia em 6 (seis) membros, em caso de eleição por voto majoritário ou voto múltiplo, sendo que tal número poderá ser acrescido em até 1 (um) membro, ou seja, para 7 (sete) membros no total, em caso de solicitação de votação em separado, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; (vi) eleger os membros do Conselho de Administração, com mandato instituído de 1 (um) ano, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; e (vii) fixar a remuneração global anual dos Administradores, dos membros do Comitê de Auditoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o cancelamento de parte das ações mantidas em tesouraria, conforme determinado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de setembro de 2024; (ii) deliberar sobre o reajuste nos valores de celebração de contratos e garantias, transações com partes relacionadas, e aquisição, cessão e/ou alienação de participação em capital social ou de bens do ativo permanente da Companhia, sujeitas à aprovação pelo Conselho de Administração, com a consequente alteração do artigo 17 itens (o), (p), (q), (r) e (s) do Estatuto Social da Companhia; e (iii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações objeto das deliberações (2.i), e (2.ii) acima, caso aprovadas; **Instruções para participar da AGOE/2025:** Poderão participar da AGOE/2025 os acionistas ou seus representantes, nos termos da lei, presencialmente ou mediante envio prévio de Boletim de Voto a Distância, na forma da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81 ("RCVM 81/22"). Para participar da AGOE/2025 presencialmente, os acionistas deverão apresentar, na AGOE/2025, (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia de sua titularidade; (iii) documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista (pessoa jurídica ou do gestor ou administrador, no caso dos fundos de investimento); e (iv) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista por procurador. Para a participação via Boletim de Voto a Distância, os acionistas deverão transmitir, até o dia 20 de abril de 2025 (inclusive), suas instruções de voto, entregando os respectivos Boletins de Voto a Distância, acompanhado da documentação necessária, (i) ao escriturador das ações da Companhia; (ii) aos seus agentes de custódia; (iii) ao depositário central no qual as ações estejam depositadas; ou (iv) diretamente à Companhia, através do e-mail do Departamento de Relações com Investidores ([ri@planoelplano.com.br](mailto:ri@planoelplano.com.br)) observadas as regras estabelecidas na RCVM 81, os procedimentos descritos nos Boletins de Voto a Distância disponibilizados pela Companhia e as orientações contidas na Proposta da Administração. O Boletim de Voto a Distância que não esteja regularmente preenchido, não seja submetido no prazo acima referido e/ou não esteja acompanhado dos documentos necessários indicados acima será desconsiderado pela Companhia, na forma da RCVM 81/22. As orientações e procedimentos aplicáveis às regras para participação presencial na AGOE/2025 ou via Boletim de Voto a Distância, bem como as demais instruções relativas à AGOE/2025 estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores ([www.planoelplano.com.br](http://www.planoelplano.com.br)), bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). **Orientações Gerais:** Na forma do §5º do artigo 5º da RCVM 81/22, a Companhia esclarece que optou por realizar a AGOE/2025 de forma exclusivamente presencial para manter a prática da Companhia nas últimas assembleias gerais, assim como por acreditar que essa modalidade proporciona uma comunicação mais clara e eficaz entre os participantes, além de promover maior interação entre os acionistas e a Companhia, o que possibilita o esclarecimento imediato de eventuais dúvidas que possam surgir durante o onclave. Em atenção à Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 70/22"), informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A requisição do referido processo para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da AGOE/2025 ora convocada, ou seja, até as 15h do dia 23 de abril de 2025, ou requerida na forma do boletim de voto a distância. Ainda, na forma do inciso I-A do artigo 5º da RCVM 81/22, a Companhia informa que o pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia pode ser realizado pelos Senhores Acionistas da Companhia que possuam, ao menos 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, em linha com o disposto no artigo 4º da RCVM 70/22. Os Senhores Acionistas poderão solicitar a inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no BVD disponibilizado pela Companhia em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da AGOE/2025, a saber, até 30 de março de 2025 (inclusive) – desde que o referido Acionista possua, ao menos, 2,5% (dois e meio por cento) do total de ações ordinárias da Companhia, na forma do inciso (i) do artigo 37 c/c Anexo n.º do RCVM 81/22. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGOE/2025, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu site de Relações com Investidores ([www.planoelplano.com.br](http://www.planoelplano.com.br)), bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). São Paulo, 21 de março de 2025. **RODRIGO UCHOA LUNA** - Presidente do Conselho de Administração.

**Companhia Brasileira de Alumínio**  
CNPJ/MF nº 61.409.892/0001-73 – NIRE 35.300.012.763 – Companhia Aberta de Capital Autorizado  
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril de 2025**

Convocamos os senhores acionistas da **Companhia Brasileira de Alumínio**, sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 25984, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 103, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, CEP 04571-900, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.012.763 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 61.409.892/0001-73, ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2025, às 09:00 horas ("AGOE"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings", que proverá o acesso à AGOE, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, § 2º-A, ambos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 5º, § 2º, I, e 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") e a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o Relatório da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e reeleger, nos termos dos Artigos 9º, inciso "III" e 16, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) deliberar sobre (a) territorialização da deliberação que aprova a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tomada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2024; e (b) a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar, sob condição suspensiva, nos termos e condições previstos na Proposta da Administração, sobre a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 401.048.504,14 (quatrocentos e um milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e quatro reais e quatorze centavos), sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social da Companhia, para absorção dos prejuízos acumulados; e (ii) deliberar, sob condição suspensiva, nos termos e condições previstos na Proposta da Administração, sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia, mediante (a) alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a atualizar o valor do capital social para refletir a deliberação tomada no item anterior; e (b) tendo em vista as deliberações anteriores, consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 5º, § 4º, da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática histórica adotada pela Companhia; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital se apresentar como forma de reduzir o absentismo nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da Assembleia nesta modalidade. Os acionistas poderão ser representados na AGOE por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGOE munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Para participarem, os acionistas deverão acessar o link: <https://assembleia.ten.com.br/045768074>, até o dia 22 de abril de 2025, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. A Companhia aceitará como documentos comprobatórios da condição de acionista os seguintes documentos: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 3 (três) dias de antecedência da AGOE, observado que, nos termos do artigo 6º, § 5º da Resolução CVM 81 e dos artigos 31 e 35 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente do envio deste documento, a comprovação da condição de acionista exigida nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações será verificada com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia, fornecidos pelo agente responsável pela escrituração de suas ações; e (b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou (c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos; ou (d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica. Os instrumentos de mandato deverão: (i) (a) para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), (c) para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (ii) apresentar firmas reconhecidas ou, nos casos de documentos celebrados digitalmente, que os instrumentos sejam assinados com certificado digital ICP-Brasil, ou ainda pelo portal "Gov.br"; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto à Distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites: da própria Companhia (<https://ri.cba.com.br/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<https://b3.com.br>) e da CVM ([www.gov.br/cvm](https://www.gov.br/cvm)). Nos termos do artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81 e do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, seu Conselho Fiscal não tem funcionamento em caráter permanente e, na data deste Edital de Convocação não se encontra instalado. Nesse sentido, nos termos do artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, ("Resolução CVM 70"), acionistas da Companhia, representando no mínimo 2,0% (dois por cento) do total de ações com direito a voto, poderão requerer sua instalação. Os acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social votante, isoladamente ou em conjunto, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, nos termos do artigo 3º da Resolução CVM 70. As instruções detalhadas para participação na AGOE, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGOE, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (<https://ri.cba.com.br/>), na página da B3 (<https://b3.com.br/>) e na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm>). São Paulo, 24 de março de 2025. **Luis Ermirio de Moraes** – Presidente do Conselho de Administração. (24, 25 e 26/03/2025)

**Fupresa S/A**  
CNPJ 62.576.327/0001-63  
**Aviso aos Acionistas**

Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76, Indaiatuba/SP, 21 de março de 2025. Antônio Carlos Alves Bevilacqua - Diretor de Operações.

**PRN Concessões e Participações Ltda.**  
CNPJ/MF nº 00.358.042/0001-07 - NIRE nº 33211605244 - Sociedade Empresária Limitada  
**Aviso ao Sócio**

Comunicamos ao Sócio da **PRN Concessões e Participações Ltda.** ("Sociedade") que se encontram disponíveis na sede social da Sociedade, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, Sala 1, parte, Via Olímpia, CEP: 04.051-065, São Paulo/SP, os documentos relativos às contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. São Paulo/SP, 24 de março de 2025.  
**Guilherme Motta Gomes** - Diretor Presidente, **Josiane Carvalho de Almeida** - Diretora

**Imobel Participações Societárias S.A.**  
CNPJ/MF Nº 53.595.260/0001-19-NIRE Nº 35300099908  
**Convocação**  
**Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2025**  
Convindamos os senhores acionistas a se reunirem na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 9º andar, Conjunto 91, na capital de São Paulo, às 11:30 horas, para deliberarem em Assembleia Geral Extraordinária sobre: **a)** Eleição dos membros do Conselho de Administração; **b)** Alteração do endereço da sede; **c)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, incorporando as alterações aprovadas. Ricardo de Almeida Pinimel Mendes - Presidente do Conselho de Administração.

**Imobel S. A. Urbanizadora e Construtora**  
CNPJ/MF nº 46.975.861/0001-55  
**Convocação – Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2025**  
Convindamos os senhores acionistas a se reunirem na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309, 5º andar, bairro de Pinheiros, na capital do estado de São Paulo, às 11:00 horas, para deliberarem em Assembleia Geral Extraordinária sobre: **a)** Eleição dos membros da Diretoria; **b)** Alteração do endereço da sede social; **c)** Consolidar o Estatuto Social incorporando as alterações aprovadas. Ricardo de Almeida Pinimel Mendes - Diretor Superintendente.

**NESLIP S.A.**  
C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785  
**AVISO AOS ACIONISTAS**

Ficam comunicados os Senhores Acionistas da NESLIP S.A. em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, que os documentos e informações relacionados às matérias da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24/04/2025, às 10:00 horas, de forma virtual, para a realização de deliberação sobre: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31.12.2024; (ii) a destinação do lucro do referido exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) demais assuntos de interesse geral, já se encontram à disposição dos Acionistas. Os Acionistas poderão obter cópias de tais documentos na sede da NESLIP S.A. Comunicamos, ainda que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumesiros. São Paulo, 21 de março de 2025. **Francisco Miguel Alarcon** – Diretor-Presidente.

**CIA. AGRICOLA FORTI**  
CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83  
**CONVOCAÇÃO**

São convocados os Senhores Acionistas da Cia. Agrícola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 26/04/2025, às 9 horas, em 1ª convocação, com a presença da maioria simples dos acionistas ou as 9:30 em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivar/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** **a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2024; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos administradores da sociedade. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76. Capivar, 20/03/2025. a.a) Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (21,22,25)

**União Química Farmacêutica Nacional S/A**  
Companhia Aberta  
Código CVM 2686-7  
CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658  
**Aviso aos Acionistas**

A União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia") informa aos seus acionistas, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), que as informações e documentos relativos às matérias que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se disponíveis para acesso e consulta na sede da Companhia localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90-Centro, CEP 06900-095, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo.  
Embu-Guaçu, 25 de março de 2025.  
**Dayane de Souza Duarte** - Diretora de Relações com Investidores

**União Química Farmacêutica Nacional S/A**  
Companhia Aberta  
Código CVM 2686-7  
CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658  
**Edital de Convocação**  
**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 25 de Abril de 2025**

A União Química Farmacêutica Nacional S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.665.981/0001-18 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem, exclusivamente, de forma digital, por meio do acesso na plataforma de videoconferência "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ambas a serem realizadas, no dia 25 de abril de 2025, às 10:00 horas, para examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho Fiscal; (vi) fixar o limite anual da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025; e **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (vii) ratificar a proposta de distribuição proporcional de juros sobre o capital próprio, sujeita à deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração, nos termos do art. 16, "V", do Estatuto Social; (viii) alterar o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para inclusão das atividades de "educação infantil - creche" e "educação infantil - pré escola" no objeto social da Companhia. **Informações Gerais sobre a Assembleia:** Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar da assembleia geral que encaminhem a versão digitalizada do documento de identificação e instrumento de mandato ao endereço eletrônico [ri@uniaoquimica.com.br](mailto:ri@uniaoquimica.com.br) de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante a assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Embu-Guaçu, 25 de março de 2025  
**Paula Melo Suzana Gomes** – Presidente do Conselho de Administração

**CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A**  
**"EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"**  
CNPJ/MF nº 09.131.336/0001-53 - NIRE 35.300.388.186  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2025**  
**Data, Hora e Local:** Às 10h00min do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, na sede social da Concessionária SPMAR S.A. "Em Recuperação Judicial" ("Companhia"), localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.012, 9º andar, cj. 93, sala 3, Jardim Paulistano, CEP 01451-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação e a convocação em razão da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelos Sr. **Reinaldo Bertin** e secretariados pelo Sr. **Silmar Roberto Bertin**. **Ordem do Dia:** (i) Registrar que a presente está em forma de sumário; (ii) Deliberar sobre a reeleição da Diretoria da Companhia; e (iii) ratificar os atos praticados pela Diretoria até a presente data. **Deliberações:** As matérias constantes do dia foram colocadas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas e restrições: (i) Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei 6.404/76. (ii) Reeleger os Diretores, os Srs. **ALMIR BITTENCOURT PACELI JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 46.391.054 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 383.381.648-10, com endereço comercial Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012, 9º andar, conj. 93, sala 3, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01451-000 e **MARCELO DE FONSECA E SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro econômico, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.313.895-2, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.171.698-17, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012, 9º andar, conj. 93, sala 3, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01451-000, para os cargos de Diretores sem designação específica da Companhia, com mandatos a contar da presente data, e com termos previstos para 24/02/2026. Os Diretores ora reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos de exercerem quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão ou a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, os seus acessos a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e, assim, pelas assinaturas do presente instrumento, tomam posse de seus respectivos cargos. (iii) Ratificar todos os atos praticados pela Diretoria até a presente data. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que lida, foi aprovada e assinada. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Sr. Reinaldo Bertin; **Secretário da Mesa:** Sr. Silmar Roberto Bertin. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Sr. Silmar Roberto Bertin, Sr. Reinaldo Bertin e Sr. Almir Bittencourt Paceli Júnior. **Diretores Reeleitos:** Sr. Almir Bittencourt Paceli Júnior e Sr. Marcelo de Afonseca e Silva. *A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 24 de fevereiro de 2025. Reinaldo Bertin - Presidente da Mesa, Silmar Roberto Bertin - Secretário da Mesa. Membros do Conselho de Administração: Reinaldo Bertin, Silmar Roberto Bertin, Almir Bittencourt Paceli Júnior. **Diretores Reeleitos:** Almir Bittencourt Paceli Júnior, Marcelo de Afonseca e Silva. JUCESP nº 095.136/25 e em 19/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

**Apsen Farmacêutica S/A**  
CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - JUCESP NIRE 35.300.159.632  
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Apsen Farmacêutica S/A**, ("Companhia"), nos termos do Parágrafo Único do Artigo 9º do Estatuto Social, para reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 30 de abril de 2025, às 14h00, em primeira convocação, com tolerância de 15 minutos para instalação, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua La Paz, nº 37/67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em sede de **Assembleia Geral Ordinária:** (a) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração, orçamento de capital, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (c) fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria; e em sede de **Assembleia Geral Extraordinária:** (d) deliberar sobre o pagamento, aos acionistas, de juros sobre capital próprio no presente exercício social, a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025; (e) deliberar sobre a proposta da administração para aumento de capital mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, conforme recomendação do Conselho Fiscal e da auditoria; (f) caso aprovado o item (e), alteração e consolidação do Estatuto Social. **AVISOS:** 1. A assembleia será realizada de forma mista: fisicamente, na sede da Companhia, e virtualmente, por meio da ferramenta Teams, como de costume. 2. A administração da Companhia enviará o convite virtual para cada um dos acionistas e/ou seus representantes, por meio de e-mail. 3. Todos os documentos, inclusive os previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76, necessários para a aprovação dos itens da ordem do dia estão à disposição no portal dos acionistas e fisicamente na sede social da Companhia. 4. A lista de presença bem como ata da assembleia serão assinadas eletronicamente. São Paulo/SP, 25 de março de 2025  
**Renato Spaltitci** - Diretor Presidente

**VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.**  
CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727  
**Companhia Fechada - Edital de Convocação**

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 15 de abril de 2025, às 10h00min, em 1ª Convocação ou, às 10h30min, em 2ª Convocação, na Avenida Paulista nº 2064, Edifício Paulista, 14º andar, Bairro Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-200, a fim de apreciar e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; **b)** Destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2024, em especial a distribuição de dividendos, incluindo a criação de reserva específica e temporária para custear as obras de expansão; **c)** Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **d)** Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **e)** Pagamento de gratificação aos membros da Diretoria; **f)** Aprovação/ratificação do Plano de Expansão relativo ao Centro de Convenções, bem como do respectivo orçamento de investimento; **g)** Ratificação da contratação da Construtora Dias Righti (CNPJ nº 02.244.906/0001-87) para a execução das obras de pressurização das escadas rolantes do Shopping; **h)** Ratificação dos termos, condições e deliberações constantes da ata da AGOE de 21 de maio de 2024, incluindo o Estatuto Social da Companhia, identificado como "Anexo 1", não anexado na ocasião do arquivamento da ata pela Junta Comercial; e **i)** Outros assuntos de interesse da Cia. Para participarem da Assembleia, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão apresentar documento de identificação e, se for o caso, procuração com poderes para participar da Assembleia. São Paulo, 25 de março de 2025. **Fernando José Garcia** (Diretor-Secretário) e **Dani Gilkmanas** (Diretor-Superintendente).



Lam Vias Participações e Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 29.206.383/0001-30

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>
<b>Circulante</b>	402	315	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	1
Aplicações financeiras	390	293	Outras obrigações
Tributos a recuperar	6	15	1
Despesas antecipadas e outros créditos	-	1	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>Não circulante</b>	2	56	403
Realizável a longo prazo	-	-	81.340
Tributos a recuperar	2	56	Capital social
<b>Total do ativo</b>	404	371	Prejuízos acumulados
			(80.937)
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			404

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
<b>Despesas operacionais</b>			<b>Despesas operacionais</b>
Despesas gerais e administrativas	(3)	(98)	
Despesas com pessoal	-	(96)	
Impostos, taxas e despesas com cartório	-	(11)	
Editais e publicações	(2)	(2)	
Outras despesas operacionais	(1)	-	
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	(3)	(99)	
Resultado financeiro	38	47	
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	35	(52)	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(3)	-	
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	32	(52)	

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	32	(52)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	32	(52)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
<b>Capital social</b>			<b>Prejuízos acumulados</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	81.340	(80.917)	423
Prejuízo do exercício	-	(52)	(52)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	81.340	(80.969)	371
Lucro líquido do exercício	-	32	32
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	81.340	(80.937)	403

Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 33.458.409/0001-05

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>
<b>Circulante</b>	1.988	1.812	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	23	12	1
Aplicações financeiras	1.938	1.767	Impostos e contribuições a recolher
Tributos a recuperar	37	33	1
<b>Não circulante</b>	327	500	<b>Patrimônio líquido</b>
Realizável a longo prazo	-	-	2.324
Tributos a recuperar	15	27	Capital social
Estoques	96	96	7.300
Imobilizado	25	44	Prejuízos acumulados
Intangível	191	333	(4.976)
<b>Total do ativo</b>	2.325	2.312	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			2.325

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
<b>Despesas operacionais</b>			<b>Despesas operacionais</b>
Despesas gerais e administrativas	(170)	(171)	
Depreciação e amortização	(161)	(161)	
Outros	(9)	(10)	
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	(170)	(171)	
Resultado financeiro	185	199	
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	15	28	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2)	-	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	13	37	

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	13	37	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	13	37	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	2024	2023	
<b>Capital social</b>			<b>Prejuízos acumulados</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	73.000	(65.700)	2.274
Lucro líquido do exercício	-	37	37
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	73.000	(65.700)	4.988
Lucro líquido do exercício	-	13	13
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	73.000	(65.700)	4.976

Golin Participações S.A.

CNPJ 05.487.748/0001-95

**Relatório da Diretoria** - Srs. Acionistas, em cumprimento as exigências legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024. Estamos à disposição de V. Sas. na Sede Social, para quaisquer informações que julgarem necessárias. Guarulhos, 21/03/2025. **A Diretoria.**

Balancos Patrimoniais - Ativo				Balancos Patrimoniais - Passivo			
	2.024	2.023		2.024	2.023		
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Passivo Circulante</b>			<b>Capital Social</b>	
Caixa e Bancos	1.392.869	1.383.750	Fornecedores	12.856.124	16.160.970	Reserva de Aval. Patrim.	30.652.199
Contas a receber	1.767.881	2.784.344	Empréstimos e Financiamentos	59.131.229	59.578.328	Reserva de Lucros	2.111.899
Despesas Exercício Seguinte	-	-	Tributos a Recolher	26.652.572	28.630.871	Reserva de Aval. Patrim. Lucro a Dispos. Ago	1.822.833
<b>Total do Circulante</b>	3.160.750	4.168.094	<b>Total do Circulante</b>	98.739.925	104.399.169	<b>Patrimônio Líquido</b>	39.484.098
Contas a Receber - Longo Prazo	-	-	Dividendos Distribuídos	-	-	Prejuízos acumulados	(1.822.833)
Imobilizado	52.267.139	52.267.139	<b>Saldo em 31-12-2023</b>	5.600.000	1.120.000	Capital Social	30.652.199
<b>Total do Não Circulante</b>	52.267.139	52.267.139	Lucro do Exercício	-	-	Reserva de Lucros	2.111.899
Total do Permanente	52.267.139	52.267.139	Constituição da Reserva Legal	-	-	Reserva de Aval. Patrim. Lucro a Dispos. Ago	1.822.833
<b>Total do Ativo</b>	55.427.889	56.435.233	Dividendos Distribuídos	-	-	<b>Total do Passivo</b>	39.484.098
			<b>Saldo em 31-12-2024</b>	5.600.000	1.120.000		

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2024	2023		
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	5.600.000	1.120.000	<b>Saldo em 31-12-2022</b>	5.600.000
Lucro do Exercício	-	-	Lucro do Exercício	1.120.000
Constituição da Reserva Legal	-	-	Dividendos Distribuídos	(2.438.401)
Dividendos Distribuídos	-	-	<b>Saldo em 31-12-2023</b>	30.652.199
<b>Saldo em 31-12-2023</b>	5.600.000	1.120.000	Lucro do Exercício	2.182.635
Lucro do Exercício	-	-	Constituição da Reserva Legal	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	Dividendos Distribuídos	(2.840.385)
Dividendos Distribuídos	-	-	<b>Saldo em 31-12-2024</b>	838.580
<b>Saldo em 31-12-2024</b>	5.600.000	1.120.000		

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2024	2023		
<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000	2.270.000	<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000
Impostos s/ Receita Bruta	89.060	82.855	Impostos s/ Receita Bruta	89.060
<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940	2.187.145	<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940
Despesas Administrativas	81.794	122.116	Despesas Administrativas	81.794
Despesas Fiscais	-	-	Despesas Fiscais	-
Resultado Financeiro	(154.961)	19.219	Resultado Financeiro	(154.961)
<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)	141.336	<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)
<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107	2.045.809	<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107
IRPJ	171.200	157.600	IRPJ	171.200
CSLL	70.272	65.376	CSLL	70.272
<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635	1.822.833	<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635
Lucro líquido por ação	0,21826	0,18228	Lucro líquido por ação	0,21826

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2024	2023		
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	5.600.000	1.120.000	<b>Saldo em 31-12-2022</b>	5.600.000
Lucro do Exercício	-	-	Lucro do Exercício	1.120.000
Constituição da Reserva Legal	-	-	Constituição da Reserva Legal	-
Dividendos Distribuídos	-	-	Dividendos Distribuídos	(2.438.401)
<b>Saldo em 31-12-2023</b>	5.600.000	1.120.000	<b>Saldo em 31-12-2023</b>	30.652.199
Lucro do Exercício	-	-	Lucro do Exercício	2.182.635
Constituição da Reserva Legal	-	-	Constituição da Reserva Legal	-
Dividendos Distribuídos	-	-	Dividendos Distribuídos	(2.840.385)
<b>Saldo em 31-12-2024</b>	5.600.000	1.120.000	<b>Saldo em 31-12-2024</b>	838.580

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2024	2023		
<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000	2.270.000	<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000
Impostos s/ Receita Bruta	89.060	82.855	Impostos s/ Receita Bruta	89.060
<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940	2.187.145	<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940
Despesas Administrativas	81.794	122.116	Despesas Administrativas	81.794
Despesas Fiscais	-	-	Despesas Fiscais	-
Resultado Financeiro	(154.961)	19.219	Resultado Financeiro	(154.961)
<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)	141.336	<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)
<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107	2.045.809	<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107
IRPJ	171.200	157.600	IRPJ	171.200
CSLL	70.272	65.376	CSLL	70.272
<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635	1.822.833	<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635
Lucro líquido por ação	0,21826	0,18228	Lucro líquido por ação	0,21826

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2024	2023		
<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000	2.270.000	<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000
Impostos s/ Receita Bruta	89.060	82.855	Impostos s/ Receita Bruta	89.060
<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940	2.187.145	<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940
Despesas Administrativas	81.794	122.116	Despesas Administrativas	81.794
Despesas Fiscais	-	-	Despesas Fiscais	-
Resultado Financeiro	(154.961)	19.219	Resultado Financeiro	(154.961)
<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)	141.336	<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)
<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107	2.045.809	<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107
IRPJ	171.200	157.600	IRPJ	171.200
CSLL	70.272	65.376	CSLL	70.272
<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635	1.822.833	<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635
Lucro líquido por ação	0,21826	0,18228	Lucro líquido por ação	0,21826

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2024	2023		
<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000	2.270.000	<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000
Impostos s/ Receita Bruta	89.060	82.855	Impostos s/ Receita Bruta	89.060
<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940	2.187.145	<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940
Despesas Administrativas	81.794	122.116	Despesas Administrativas	81.794
Despesas Fiscais	-	-	Despesas Fiscais	-
Resultado Financeiro	(154.961)	19.219	Resultado Financeiro	(154.961)
<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)	141.336	<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)
<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107	2.045.809	<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107
IRPJ	171.200	157.600	IRPJ	171.200
CSLL	70.272	65.376	CSLL	70.272
<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635	1.822.833	<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635
Lucro líquido por ação	0,21826	0,18228	Lucro líquido por ação	0,21826

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2024	2023		
<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000	2.270.000	<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000
Impostos s/ Receita Bruta	89.060	82.855	Impostos s/ Receita Bruta	89.060
<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940	2.187.145	<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940
Despesas Administrativas	81.794	122.116	Despesas Administrativas	81.794
Despesas Fiscais	-	-	Despesas Fiscais	-
Resultado Financeiro	(154.961)	19.219	Resultado Financeiro	(154.961)
<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)	141.336	<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)
<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107	2.045.809	<b>Resultado Operacional</b>	2.424.107
IRPJ	171.200	157.600	IRPJ	171.200
CSLL	70.272	65.376	CSLL	70.272
<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635	1.822.833	<b>Lucro do Exercício</b>	2.182.635
Lucro líquido por ação	0,21826	0,18228	Lucro líquido por ação	0,21826

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2024	2023		
<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000	2.270.000	<b>Receita Operacional Bruta</b>	2.440.000
Impostos s/ Receita Bruta	89.060	82.855	Impostos s/ Receita Bruta	89.060
<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940	2.187.145	<b>Receita Operacional Líquida</b>	2.350.940
Despesas Administrativas	81.794	122.116	Despesas Administrativas	81.794
Despesas Fiscais	-	-	Despesas Fiscais	-
Resultado Financeiro	(154.961)	19.219	Resultado Financeiro	(154.961)
<b>Despesas Operacionais</b>	(73.167)	141.336		

## TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS XXII S.A.

Em Constituição

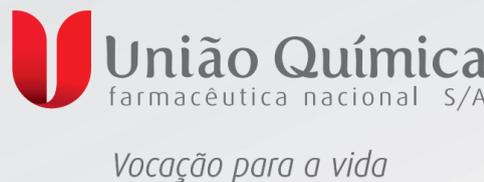
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS XXII S.A. REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2024

**1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** realizada aos 09 (nove) dias do mês de outubro de 2024, às 16:00 horas, na Rua Tabapua, 41, 13º andar, sala M22, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.533-010. **2. PRESENÇA:** (i) Travessia Assessoria Financeira Ltda., sociedade limitada com sede na Tabapua, 41, 13º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.533-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MPF") sob nº 26.264.237/0001-73, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 352.301.554-71, neste ato representada por seu Administrador, o Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 SSP-SP inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 218.718.568-09, com endereço comercial na Rua Tabapua, 41, 13º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.533-010; e (ii) Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, acima qualificado. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa e secretariados pela Sra. Thais de Castro Monteiro. **4. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** O Presidente declarou instalada a assembleia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, foi deliberada a constituição de uma sociedade anônima, com denominação "TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS XXII.", nos seguintes termos e condições: (i) Letura e Aprovação da minuta do Estatuto Social. Dando início aos trabalhos, o Presidente solicitou a mim que procedesse à leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Presidente da Mesa submeteu-a a discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS XXII S.A. ("Companhia") a ter a redação estabelecida no Anexo I à presente Ata. (ii) Boletim de Subscrição de Ações. Foi aprovada a subscrição do capital social da Companhia, nos seguintes termos, conforme descritos no Boletim de Subscrição que se encontra no Anexo II à presente Ata: I - a) Nome: Travessia Assessoria Financeira Ltda., qualificada acima, b) Número de ações subscritas: 499 (quatrocentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais); c) Percentual de ações representativas do capital social subscritas pela acionista: 99,8% (noventa e nove inteiros e oito centésimos por cento); d) Valor integralizado pela acionista: R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais); II - a) Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, qualificado acima, b) Número de ações subscritas: 1 (uma) ação ordinária, nominativa, sem valor nominal, no valor de R\$1,00 (um real); c) Percentual de ações representativas do capital social subscritas pelo acionista: 0,2% (dois centésimos por cento); d) Valor integralizado pelo acionista: R\$1,00 (um real). (iii) Eleição dos Diretores. Os acionistas aprovaram a eleição dos diretores da Companhia, os Srs. (i) Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, acima qualificado, para assumir o cargo de Diretor Presidente da Companhia e Diretor de Relações com Investidores; (ii) Camila Maria Oliveira, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 SSP-SP inscrita no CPF/MF sob o nº 349.935.818-23, com endereço comercial na Rua Tabapua, 41, 13º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.533-010, para assumir o cargo de Diretora de Securitização; e (iii) Thais de Castro Monteiro, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133-5 SSP/SP inscrita no CPF/MF sob o nº 421.565.628-14, com endereço comercial na Rua Tabapua, 41, 13º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.533-010, para o cargo de Diretora de Compliance. Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em razão de condenação criminal cuja pena impeça, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou contra a propriedade. Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse correspondentes lavrados no "Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria", e permanecerão em seus cargos pelo período de 2 (dois) anos a contar da presente data e não farão jus a remuneração, conforme Termos de Posse, constantes no Anexo III à presente Ata. (iv) Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais: Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, serão realizadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Jornal O Dia". (v) Aprovação do endereço da Companhia. Os acionistas aprovaram a seguinte descrição do endereço da Companhia: Rua Tabapua, 41, 13º andar, sala M22, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.533-010. (vi) Descrição da Integralização do Capital Social. Foi declarado que o capital social de R\$500,00 (quinhentos reais) se encontra totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para atendimento ao disposto no art. 80, II, da Lei das Sociedades por Ações, conforme recibo de depósito descrito no Anexo IV à presente Ata. **5. ENCERRAMENTO:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai assinada por mim. Thais de Castro Monteiro, Secretária da Mesa, pelo Presidente da Mesa, o Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, pelos acionistas fundadores e pelo Diretores eleitos, São Paulo, 09 de outubro de 2024. **Mesa:** Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Presidente da Mesa, Thais de Castro Monteiro - Secretária da Mesa. **Acionistas Presentes:** Travessia Assessoria Financeira Ltda., Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa. **Diretores Eleitos:** Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, Thais de Castro Monteiro. **Advogada:** Thais de Castro Monteiro - OAB/SP nº 401.782. Jurego sob NIRE nº 3530065164-2 em 21/11/2024. Marina Centurion Bardani - Secretária Geral em Exercício. **ANEXO I ESTATUTO SOCIAL- TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS XXII S.A. - Denominação, Sede Social e Duração:** Artigo 1º - A TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS XXII S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2º - A Companhia tem sua sede social na Rua Tabapua, 41, 13º andar, sala M22, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.533-010, não sendo permitida a abertura de filiais, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Objeto Social:** Artigo 4º - A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente ("Créditos Mercantis"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de negócios. **Parágrafo Primeiro** - No âmbito das securitizações de Créditos Mercantis e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista ou de outra forma desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. **Parágrafo Segundo** - Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e a alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (iii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia não poderá constituir subsidiárias ou participar de outras sociedades no grupo de sociedades. **Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º - O capital social somente será representado por ações ordinárias. Artigo 8º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. **Assembleia Geral:** Artigo 9º - A assembleia geral de acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutir assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos acionistas, devendo ser convocada pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas, nos casos previstos na lei ("Assembleia Geral"). **Parágrafo Único** - Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicando ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto. Artigo 10 - A Assembleia Geral, seja ela ordinária ou extraordinária, será instalada e presidida por qualquer um dos administradores da Companhia. **Parágrafo Único** - A representação do acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a respectiva Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência acima mencionado, este somente será aceito com a concordância do presidente da respectiva Assembleia Geral. Artigo 11 - A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, observadas as competências específicas previstas no presente Estatuto Social. Artigo 12 - Com exceção do disposto no artigo seguinte, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não computados os votos em branco. Artigo 13 - As matérias abaixo somente poderão ser consideradas aprovadas em Assembleia Geral quando tiverem o voto favorável de acionistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias emitidas pela Companhia, desde que obtida a prévia e expressa autorização dos detentores dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, nos termos dos instrumentos de emissão de referidos títulos e valores mobiliários: (i) alteração de quaisquer das disposições do Estatuto Social que envolva (a) a alteração do objeto social da Companhia, inclusive para a inclusão da prática de novas atividades econômicas, previsto no artigo 4º e seus parágrafos deste Estatuto Social; (ii) as regras referentes a quotas mínimas e requisitos para deliberação em Assembleia Geral; (iii) a emissão de ações, salvo se destinadas para subscrição e integralização total pelos próprios acionistas da Companhia, nas proporções das ações atualmente detidas, e se tais novas ações, conforme o caso, forem automaticamente submetidas à eventual garantia de alienação fiduciária de ações prestada em garantia das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, nos termos deste Estatuto Social; (iii) a contratação de dívidas financeiras e/ou emissão de títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a emissão de debêntures, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização, prazo e forma para o exercício do direito de preferência e outras condições da emissão, observadas eventuais limitações previstas nos instrumentos de emissão dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia; (iv) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (v) operações de fusões, incorporação ou cisão da Companhia, ou ainda sua liquidação ordinária ou cessação do estado de liquidação; (vi) aumento ou redução do dividendo obrigatório; (vii) dissolução da Companhia; (viii) participação em grupo de sociedades, nos termos do artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações; e (ix) eleição de novos membros da Diretoria, instalação e/ou eleição de novos membros para o Conselho Fiscal. **Parágrafo Primeiro** - Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática dos seguintes atos: (i) transferência do controle da Companhia; (ii) redução do capital social, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia; (iii) cessão dos Créditos Mercantis objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, aos(s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a ele(s) ligada(s), em condições distintas das previstas na documentação que embasa suas operações de securitização; e (iv) a emissão de ações, títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a novas emissões de debêntures. **Parágrafo Segundo** - O disposto nos itens "i", "ii" e "iii" do Parágrafo Primeiro acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor nominal de referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal cômputo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es) da Companhia, sociedade coligada ou submetida a controle comum, e titulares de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia que sejam detidos pelo cedente dos Créditos Mercantis, em assembleia geral especificamente convocada e realizada segundo as normas aplicáveis. **Parágrafo Terceiro** - Tendo em vista que a formalização dos itens "i", "ii" e "iii" previstos no Parágrafo Primeiro acima é feita nos livros de registro de ações da Companhia, os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as condições previstas neste artigo, sendo que qualquer operação feita em desacordo com o aqui disposto será considerada nula de pleno direito, não sendo oponível à Companhia ou a terceiros. **Parágrafo Quarto** - É vedada a emissão, pela Companhia, de partes beneficiárias. **Parágrafo Quinto** - Os acionistas poderão alienar fiduciariamente suas ações de emissão da Companhia, desde que em garantia das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, hipótese em que deverão ser observadas quaisquer outras restrições ao exercício do direito de voto dos acionistas que venham a ser previstas no respectivo instrumento de alienação fiduciária de ações, sob pena de tais votos serem considerados nulos de pleno direito, não sendo oponíveis à Companhia ou a terceiros quaisquer atos praticados pela Companhia em decorrência de tais votos. **Administração da Companhia:** Artigo 14 - A Companhia será administrada pela Diretoria, cuja competência é atribuída pelo presente Estatuto Social, bem como pela legislação aplicável, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Primeiro** - A representação da Companhia caberá à Diretoria. **Parágrafo Segundo** - Os membros da Diretoria estarão devidamente investidos na posse quando das assenturas dos "Termos de Posse" lavrados no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores. **Parágrafo Terceiro** - A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global de seus administradores e a sua distribuição. **Artigo 15** - O mandato dos membros da Diretoria é de 05 (cinco) anos, sendo possível a reeleição de quaisquer dos eleitos. **Diretoria:** Artigo 16 - A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 2 (dois) Diretores de Securitização e 1 (um) Diretor de Compliance. **Parágrafo Único** - Para o exercício da função de membro da Diretoria, poderão ser contratados profissionais para este fim específico. **Artigo 17** - Na hipótese de vacância do cargo de Presidente da Diretoria, seu substituto será eleito pela Assembleia Geral e, enquanto não houver esta escolha, o Diretor de Relações com Investidores exercerá esta função. **Parágrafo Primeiro** - A mesma situação acima aplicar-se-á na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Relações com Investidores, cujo cargo será preenchido pelo Diretor Presidente, e com este cumulado, até que ocorra nova nomeação pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** - A situação acima descrita também aplicar-se-á na hipótese de falta, impedimento ou ausência de quaisquer dos diretores. **Artigo 18** - Os membros da Diretoria possuem amplos poderes para representar a Companhia ativa e passivamente, gerir seus negócios, praticar todos os atos necessários para a realização de operações relacionadas com o objeto social descrito neste Estatuto Social, conforme normas e diretrizes determinadas pela Assembleia Geral, podendo para este fim, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Companhia, definir a política de cargos e salários dos funcionários e prestatores de serviços da Companhia, sempre em conformidade com este Estatuto Social e, em especial, com o artigo 19 abaixo. **Artigo 19** - A Companhia deverá obrigatoriamente ser representada: (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente; (ii) por 2 (dois) Diretores; (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador da Companhia; ou (iv) por 2 (dois) procuradores da Companhia em conjunto, sempre nos limites de seus respectivos mandatos e desde que investidos de poderes específicos. **Parágrafo Primeiro** - As procurações mencionadas no caput deste artigo deverão ser outorgadas obrigatoriamente pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou por, no mínimo, 2 (dois) membros da Diretoria agindo em conjunto, devendo ter expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato, não podendo possuir validade superior a 1 (um) ano, exceto, exclusivamente, nos casos de procurações "ad judicia" e as procurações outorgadas em caráter irrevogável e irretirável, como condição de um negócio bilateral e/ou estipulada no exclusivo interesse do mandatário, nos termos do artigo 684 e 685 e do parágrafo único do artigo 686 do Código Civil, no âmbito de operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, hipótese em que o mandato poderá ser por prazo indeterminado. **Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria, ou ainda por apenas 1 (um) procurador com poderes especiais, perante repartições públicas, juntas comerciais, sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos: (i) em atos que não acarretem a criação de obrigações para a Companhia; (ii) no exercício do cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas; e (iii) na preservação de seus direitos em processos administrativos. **Parágrafo Terceiro** - A representação ativa e passiva da Companhia em Juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor Presidente e, na sua ausência, a qualquer um dos Diretores. **Artigo 20** - Compete ao Diretor Presidente: (i) fazer cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e as deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (ii) administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir a orientação geral da Assembleia Geral acerca dos negócios da Companhia; (iii) manter os acionistas informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (iv) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (v) elaborar e propor, à Assembleia Geral, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; e (vi) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Assembleia Geral. **Artigo 21** - Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e conforme necessário; (ii) representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas; e (iii) manter atualizado o registro de Companhia Aberta, caso aplicável. **Artigo 22** - Compete aos Diretores Sem Designação Específica: (i) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Assembleia Geral; e (ii) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, conforme deliberado em Assembleia Geral. **Artigo 23** - Compete ao Diretor de Compliance: (i) zelar pelos atos, financeiros e não financeiros da Companhia; (ii) responsabilizar-se pela manutenção predial da estrutura física da Companhia; (iii) gerenciar a estrutura interna de tecnologia da informação da Companhia; (iv) implementar os sistemas e programas de gestão da qualidade na Companhia; (v) planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de recursos humanos da Companhia, responsabilizando-se pelos processos de admissão, desligamento, pagamentos, controles trabalhistas, bem como relacionamento com sindicatos e pela definição e gestão das políticas e procedimentos de administração salarial e de benefícios; (vi) planejar, implantar e coordenar o projeto de Compliance da Companhia e, quando julgar aplicável, propor aos órgãos e áreas responsáveis os aprimoramentos necessários; (vii) assessorar a administração da Companhia na gestão de riscos corporativos; (viii) definir a estratégia de implementação de novas práticas nos negócios, acompanhando a integração de risco socioambiental e de governança; (ix) assessorar no desenvolvimento de ferramentas e procedimentos para garantir que os riscos socioambiental e de governança corporativa sejam devidamente identificados, avaliados, classificados e controlados; e (x) consolidar as informações e dados que evidenciem a adoção das melhores práticas de mercado e o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis para a gestão dos riscos socioambientais e de governança. **Conselho Fiscal:** Artigo 24 - - O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, as responsabilidades e os deveres definidos em lei. **Parágrafo Segundo** - As regras sobre constituição e atribuições do Conselho Fiscal, requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades, bem como sobre remuneração, pareceres e representação de seus membros são as estabelecidas no Capítulo XIII da Lei das Sociedades por Ações. **Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro:** Artigo 25 - O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **Parágrafo Primeiro** - As demonstrações financeiras exigidas por lei, observando, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: (i) a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e (ii) do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, no proporcional das ações que os mesmos possuírem. **Parágrafo Segundo** - No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro** - O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarto** - Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte. **Liquidação:** Artigo 26 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá aos acionistas em sede de Assembleia Geral nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo. **Parágrafo Único** - No período de liquidação da Companhia, a Assembleia Geral continuará em funcionamento. **Artigo 27** - Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. **Visto do advogado responsável:** Thais de Castro Monteiro - OAB/SP nº 401.782.





2024, UM ANO DE CONQUISTAS



União Química Farmacêutica Nacional S/A  
CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Com uma trajetória de 88 anos, reafirmamos o propósito de manter a solidez em nossas atividades. Seguimos trilhando um caminho pautado em inovação, com constante expansão das instalações fabris, assim como o lançamento de novos produtos. Em 2024, a União Química seguiu investindo na ampliação de portfólio, desenvolvimento interno e aquisições, dando sequência a nossa essência de 'Vocação para a Vida'.

Com foco na estratégia da empresa, passamos a ocupar o 5º lugar no ranking do mercado farmacêutico brasileiro (IQVIA/PMB) e mantivemos, desde 2023, a 3ª posição no mercado veterinário (IQVIA/SINDAN) excluindo o segmento de aves. Atingimos uma receita operacional líquida de R\$ 4,2 bilhões, com crescimento de 6,4%. O EBITDA registrado foi de R\$ 852 milhões, que representa um crescimento acima de 9,2%, com um lucro líquido de R\$ 339,6 milhões, aumento expressivo de 7,1% em relação a 2023. O sell-out de Retail da companhia cresceu 14,5%, com 3,1 p.p. acima do mercado. Quando analisamos as empresas top 10, apresentamos o 3º maior crescimento do setor.

A segurança financeira da companhia se reflete, entre outros motivos, pela manutenção da classificação no rating 'AA (BRA)', com perspectiva estável da Fitch Ratings.

Realizamos o lançamento de 42 produtos ao longo do ano. No mesmo período, foram aprovados 9 novos produtos junto à Anvisa e MAPA. Atestando toda a qualidade, confiabilidade e credibilidade dos produtos União Química, reforçamos o diferencial de nossas fábricas, que conquistaram certificações dos principais e mais rigorosos órgãos reguladores do mundo, nos capacitando a exportar para mais de 70 países. No ano passado, recebemos a certificação de duas agências reguladoras para a comercialização de produtos em mais três países: México, Indonésia e Tailândia.

Foram registrados 79 produtos fora do Brasil, aprovados em mais de 25 países.

Nossa história é marcada por constante expansão, sendo uma de nossas maiores fortalezas o fato de termos o maior parque fabril farmacêutico brasileiro, com 9 unidades, distribuídas em São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. Em 2024, inauguramos em Guarulhos (SP) uma nova área de injetáveis, com capacidade de fabricação de 2 milhões de unidades/mês. Na fábrica de Pouso Alegre (MG), a ampliação contemplou um prédio com 5 linhas de produção de alta performance, voltadas à fabricação de medicamentos injetáveis e colírios, além de uma nova área de controle de qualidade e uma creche para atender mais de 200 crianças, filhos de colaboradores.

Além da expansão de plantas fabris, também faz parte de nosso DNA a evolução contínua de portfólio, com lançamentos e aquisições de produtos líderes de mercado, tais como a Apressolína, da empresa Novartis, que tem grande destaque na prescrição de cardiologia e que passou a integrar nossas mais de 500 apresentações. Para dar sequência à produção de novos medicamentos, no ano passado foram investidos R\$ 224 milhões em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), o que corresponde a 5,3% da receita líquida da companhia.

Ressaltando a diversidade de nosso portfólio, na divisão de saúde animal, destaca-se a unidade de negócios Agener, que detém o produto de maior faturamento da indústria farmacêutica veterinária no Brasil, o Lactotropin®. O produto nos concedeu a honra de sermos a primeira empresa a receber o "Certificado e Selo ESG de Redutor da Pegada de Carbono", pela sua capacidade de aumentar em até 20% a produção de leite sem expandir o rebanho. Além da redução de impactos ao meio ambiente, gerou ainda um importante acordo com a MSD Saúde Animal, para distribuição mundial do produto.

Ancorados em fortes pilares, com prioridade em nossa agenda ESG (Ambiental, Social e Governança), seguimos com projetos para reduzir a emissão de carbono e minimizar os impactos ambientais causados pela geração de energia convencional, em conformidade com os objetivos sustentáveis divulgados pela ONU e pela certificação concedida pela CEMIG, referente à aquisição de energia renovável.

O projeto de geração de energia fotovoltaica – com meta na autossuficiência energética da companhia – avançou com a implantação de placas solares nas unidades de Brasília (DF) e Pouso Alegre (MG). Também implementamos um programa de migração da frota para veículos flex (etanol/gasolina), que apresentou a redução de 50% na emissão de gases poluentes, após um quadrimestre da implementação.

Ainda na vertente ambiental, para impactar positivamente a preservação de áreas verdes - deixando um legado para as futuras gerações - o programa 'Raízes da União' entrou em seu terceiro ano, alcançando a marca de 600 mil árvores nativas plantadas na Mata Atlântica e no Cerrado brasileiro, contribuindo para a meta de 1 milhão de mudas até 2027. Vale reforçar que, diante do plantio de árvores na Serra da Cantareira, que é considerada uma das principais abastecedoras de água do estado de São Paulo, a União Química recebeu o certificado de "Empresa Verde" pela cidade de São Paulo. E os esforços neste contexto não param por aí. Em um trabalho de conscientização, fomentando a educação ambiental nos municípios onde estamos localizados, capacitamos 1.904 educadores e impactamos 28.248 alunos de 92 escolas das redes públicas de ensino.

No pilar social, pensando na saúde e bem-estar da população - de dentro para fora da companhia - destaca-se o investimento para a instalação de consultórios médicos e odontológicos em todas as unidades fabris, onde 5 mil consultas foram realizadas por colaboradores e seus familiares.

Ainda com olhar voltado à sociedade, temos orgulho em enfatizar o nosso compromisso em prol do Hospital de Amor de Barretos (SP), com o lançamento da campanha em que, a cada produto Lacrifilm vendido durante a campanha de Outubro Rosa, R\$1,00 foi destinado ao centro oncológico; também destaque o projeto de acesso à arte e à cultura, desenvolvido em parceria com a Escola do Ballet Bolshoi no Brasil, que levamos pela primeira vez a Pouso Alegre (MG), via Lei de Incentivo, e que impactou cerca de 2 mil famílias da região; por fim, e não menos importante, reforçamos a continuidade da parceria com o instituto Adimax, voltado ao treinamento e desenvolvimento de cães-guia doados para pessoas com deficiência visual, e a Instituição AMPARA Animal, organização de proteção aos animais.

Com foco em fomento científico, ressaltamos o "Prêmio União Química de Incentivo à Pesquisa", que reconheceu os trabalhos de médicos e residentes para a evolução da prática anestésica, registrando um recorde de projetos submetidos em sua 3ª edição.

E, no pilar de governança, podemos reforçar que mantivemos a certificação "Women on Board" (selo WOB), com 33% de mulheres nas posições do conselho de administração, além de possuímos um quadro de colaboradores do qual 49% são mulheres, sendo 33% delas em cargos de liderança.

Esses são apenas alguns exemplos, de tantos outros que aplicamos dentro da União Química em 2024, uma empresa 100% nacional, com a missão de contribuir com o bem-estar e o acesso à saúde da sociedade.

Cada conquista é um reflexo do trabalho em equipe e do respeito pelas pessoas que fazem parte desta história, as quais agradecemos por contribuírem para que a companhia mantivesse um crescimento sustentável, motivo de orgulho nacional, mas que também ultrapassa as fronteiras do nosso país.

Fernando de Castro Marques  
Presidente do Grupo União Química

DESEMPENHO 2024

- **R\$ 4,2 bilhões**  
Receita operacional líquida, crescimento de 6,4%
- **R\$ 852 milhões**  
EBITDA
- **R\$ 224 milhões**  
em investimento na área de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), representando 5,3% da receita líquida
- **R\$ 339 milhões**  
Lucro líquido
- **+ de 8 mil colaboradores**

EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

Maiores fábricas do Brasil no setor farmacêutico, com 9 unidades, ocupa uma área total de **728 mil m²** e área construída de **226 mil m²**

A União Química manteve os investimentos para a ampliação da unidade fabril de Pouso Alegre (MG), em R\$ 200 milhões. Um prédio para o setor produtivo com 5 linhas de alta performance para a fabricação de medicamentos injetáveis e colírios; nova área de controle de qualidade e creche para atender mais de 200 crianças, destinada aos filhos dos colaboradores.

No Centro Logístico e Parque Gráfico, em Pouso Alegre, foram concluídas as obras do galpão industrial, que terá subestação de energia, novo reservatório de água e pátio de manobras.

Em Guarulhos (SP) foi inaugurada uma nova área de injetáveis, de líquidos veterinários, com capacidade de fabricação de 2 milhões de unidades mensais.

Com infraestrutura tecnológica, a joint-venture Bionovis, em Valinhos (SP), segue com a produção de alta complexidade, voltada a medicamentos biológicos, considerados o futuro da indústria farmacêutica.

- Unidade Fabril de Brasília (DF);
- Unidade de Valinhos (SP) - Bionovis;
- Unidade Fabril de Pouso Alegre (MG);
- Unidade Fabril de Guarulhos (SP);
- Unidade Fabril de Taboão da Serra (SP);
- Bthek - Unidade de Biotecnologia em Brasília (DF);
- Centro Logístico e Parque Gráfico em Pouso Alegre (MG);
- Unidade Fabril de São Paulo (SP);
- Unidade Fabril de Embu-Guaçu (SP);
- Unidade Fabril Laboratil em São Paulo (SP).

ESG - ENERGIA LIMPA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

Instalação de placas de captação de energia solar nas plantas de Brasília (DF) e Pouso Alegre (MG).

- Programa de migração da frota para veículos flex (etanol/gasolina), que gerou **redução de cerca de 50% na emissão de gases poluentes**, no segundo semestre de 2024.
- Publicação do **2º Relatório de Sustentabilidade** consolidado da companhia.
- Publicação da **Política Unificada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional** aplicada a todas as unidades fabris do Grupo União Química.

O programa **Raízes da União** entrou em seu terceiro ano:

Plantio de **600 mil árvores** nativas dos biomas Mata Atlântica e Cerrado (a meta é plantar **1 milhão de árvores até 2027**).

Capacitou **1.904 educadores**, impactando **28.248 alunos** de **92 escolas** participantes da rede pública de ensino.

Responsabilidade Social

No âmbito social, a União Química promoveu ações internas e para a sociedade.

- Investiu na **instalação de uma rede de consultórios médicos e odontológicos** em suas unidades fabris, que já realizou 5.519 consultas.
- O programa **Por Dentro da União Química** promoveu visitas presenciais e virtuais (com óculos 3D) às fábricas.
- A unidade Genom promoveu a **Campanha Outubro Rosa**, em uma edição especial do Lacrifilm com embalagem alusiva à data. A cada produto vendido, R\$1,00 foi destinado ao Hospital de Amor, de Barretos (SP).
- A 3ª edição do **Prêmio União Química de Incentivo à Pesquisa** registrou recorde de projetos submetidos e premiou os quatro melhores trabalhos científicos com foco na evolução da prática anestésica.
- Levou pela primeira vez a Pouso Alegre (MG) o espetáculo **"Gala Bolshoi"** – uma seleção de variações icônicas de grandes balés de repertório e dança contemporânea, com cerca de 2 mil pessoas impactadas.
- Manteve o apoio à Instituição **AMPARA ANIMAL** (a entidade conseguiu castrar 61 mil animais e distribuir 262 mil vacinas) e a parceria com a **Adimax**, ONG para treinamento de cães-guia, doados para pessoas com deficiência visual.

Governança Corporativa

A alcançou o **4º lugar no anuário Época 360º**, da revista Época Negócios, no quesito ESG - Governança Corporativa do setor farmacêutico, pelo segundo ano consecutivo.

- Manteve sua **Classificação de Rating de Longo Prazo 'AA(bra)** pela tradicional agência de classificação de risco, Fitch Ratings.
- Manteve o selo **WOB (Women on Board)**, pela representatividade feminina em seu Conselho de Administração.
- Avançou significativamente no projeto de obtenção da Certificação **ISO 14.001** (gestão ambiental) nas suas unidades fabris em 2024.
- A **unidade de Guarulhos (SP)** obteve a Certificação ISO 14.001. A unidade de São Paulo (SP) já é certificada com a ISO 14.001 e com a ISO 45.001 (gestão de saúde e segurança do trabalho).
- Promoveu **treinamentos de Compliance e Combate ao Assédio** no Ambiente de Trabalho.
- Publicação da **Política de ESG** do Grupo União Química.

DESTAQUES DE MERCADO

A União Química está entre as 5 maiores farmacêuticas do Brasil, tanto em Saúde Humana quanto em Saúde Animal.

- Suas instalações são certificadas pelos mais importantes e rigorosos órgãos reguladores do mundo.
- Em 2024, foi certificada por mais duas agências reguladoras, em três países: no México, na Indonésia e na Tailândia.
- Registrou 79 produtos fora do Brasil.
- Fez o lançamento de 34 produtos (42 apresentações).
- Foram aprovados 9 novos produtos junto à Anvisa e MAPA.
- Realizou o investimento de R\$ 224 milhões em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), representando 5,3% da receita.



SAÚDE HUMANA

GENOM

Linha de prescrição em **Oftalmologia, Ginecologia e Obstetrícia, Dor, Sistema Nervoso Central, Dermatologia e Pediatria**.

- Manteve a liderança absoluta em Oftalmologia no Brasil e é o laboratório mais prescrito pelos oftalmologistas no Brasil.
- Obtém a lágrima artificial mais vendida no Brasil (Lacrifilm®).
- Em contraceptivos orais, continua na posição de líder em unidades, tanto no Brasil quanto na América Latina, com market share superior a 25% e 15% respectivamente.

OTC, Marcas e Genéricos

- No mercado de medicamentos genéricos, manteve um dos maiores índices de crescimento do setor, acima da média do mercado (20,3% vs. 13,5%).
- Líder em mercados de OTC com laxantes e hepatoprotetores.
- Está entre os principais laboratórios nos mercados de Paracetamol, Vitaminas, Xaropes, Anti-tussígenos, Anti-Micóticos e Anti-Pasmóticos.

Hospitais Públicos, Privados e Distribuidores

- Um dos principais laboratórios no mercado de Anestésicos, Anti-Inflamatórios e Antiulcerosos.

SAÚDE ANIMAL

**3ª posição no mercado farmacêutico veterinário**

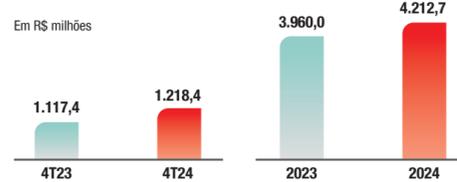
- É líder no mercado de IATF (inseminação artificial por tempo fixo).
- Líder na linha de dermatológicos para 'pets' e no segmento de penicilinas para cães e gatos.
- Detém o produto de maior faturamento da indústria farmacêutica veterinária no Brasil (Lactotropin®).
- Liderança nos subsegmentos de Cefalosporinas, Florfenicol e Imidocarb.

OUTSOURCING FARMACÊUTICO

- A Unidade de Negócios de Outsourcing produz medicamentos para indústrias farmacêuticas nacionais e multinacionais
- Capacidade para exportar para mais de 70 países com certificações de órgãos reguladores internacionais mais importantes do mundo

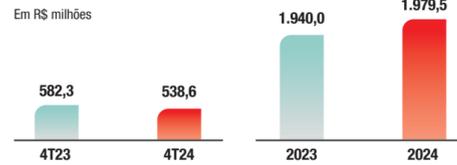
Destques Econômicos

A receita em 2024 foi de **R\$ 4,2 bilhões**. Em comparação com ano anterior, a receita líquida cresceu **6,4%**.



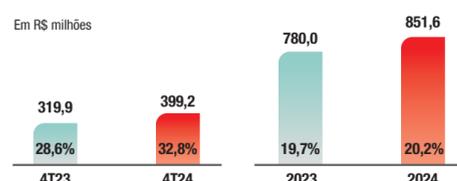
Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto em 2024 foi de **R\$ 2,0 bilhões**, com margem bruta de **47,0%**.



EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA de 2024 foi de **R\$ 851,6 milhões**, valor 9,2% superior ao registrado no ano anterior. A margem EBITDA foi de **20,2%**.



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 25/03/2025. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal





2024, UM ANO DE CONQUISTAS

União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18



\*continuação

Demonstrações FINANCEIRAS 2024

Balancos Patrimoniais

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Realizável a longo prazo, Investimentos, Intangível, Passivo, Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, etc.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Table showing changes in equity components: Saldos em 31 de dezembro de 2022, Aumento de capital, Integralização das reservas de lucros, etc.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Table showing cash flows: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento, Financiamento, Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A União Química Farmacêutica Nacional S/A ("União Química", "Companhia" ou "Controladora"), e suas controladas, é uma Companhia aberta que tem como atividade principal a fabricação, manipulação, comercialização e distribuição de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário...

2 Políticas contábeis materiais

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil...

A tabela a seguir ilustra informações financeiras resumidas das controladas incluídas nas demonstrações consolidadas da Companhia e suas controladas:

Summary table of financial information for subsidiaries, including columns for Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Receita líquida, Resultado do exercício.

Controladas - Demonstrações financeiras individuais: A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle efetivo se inicia até a data em que o controle deixa de existir...

reconhecidas a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidas, são inicialmente registradas ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão...

Demonstração dos Resultados

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

Table showing operating results: Receita operacional líquida, Custo dos produtos vendidos e serviços prestados, Despesas e receitas operacionais, Despesas gerais e administrativas, etc.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Table showing comprehensive results: Lucro líquido do exercício, Itens que serão ou talvez sejam reclassificados para o resultado abrangente, Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras, etc.

Demonstração do Valor Adicionado

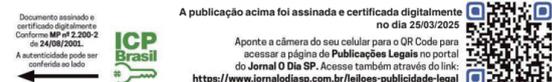
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Table showing value added: Receita de contrato com cliente, Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, Outras receitas, Custos adquiridos de terceiros, etc.

Table showing value added distribution: Valor adicionado bruto, Depreciação e amortização, Valor adicionado produzido pela Companhia, Valor adicionado recebido em transferência, etc.

e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas...

de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. Mensuração das perdas de créditos esperadas: As perdas de créditos esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato de crédito de um ativo financeiro aumentado significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso...



2024, UM ANO DE CONQUISTAS

União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18



Vocação para a vida

\*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e relativos ao normal ciclo de negócios, sendo classificadas como passivos circulantes no pagamento no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O prazo médio de pagamento das contas a pagar a fornecedores é de 88 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Companhia, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente. Fornecedores - Risco sacado: Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "Fornecedores - Risco sacado", embora não exista alteração da natureza da transação ou dos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor recuperável (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido no balanço demonstrado durante o período em que os empréstimos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e capitalizadas como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizadas durante o período do empréstimo ao qual se relacionam. Arrendamentos: A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativo de direito de uso: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Imóveis: de 3 a 4 anos; • Veículos e equipamentos: de 2 a 4 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ou suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, o ativo arrendado será liquidado na data de início do prazo do arrendamento ou, quando aplicável, na data de início da opção de compra. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos como custo para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera o aumento ou a redução do valor presente dos pagamentos de arrendamento. A Companhia e suas controladas usam as suas taxas de desconto de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros correntes e diferidos: São calculados com base nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exatidão. As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. Os tributos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre o lucro líquido antes de impostos, exceto de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 - Tributos sobre o lucro, estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo depende da expectativa de realização futura do imposto diferido. Os passivos diferidos existentes incluem benefícios para funcionários e diretores após sua saída da Companhia e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requisitado para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos judiciais são constituídas para os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e de responsabilidade única e exclusiva da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais e de responsabilidade única e exclusiva da Companhia. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil. Todas as informações apresentadas foram traduzidas para o Real a partir de informações em outras moedas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas localizadas no exterior, cuja moeda funcional difere do Real, os seus ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do fechamento do período. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real pela taxa média de câmbio do período. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Participação nos resultados: A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados para os funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada cuja aplicação implica uma obrigação não formalizada. Não existem quaisquer outros benefícios para funcionários e diretores após sua saída da Companhia e suas controladas (benefícios pós-emprego). A Companhia e suas controladas reconhecem o custo de distribuição de dividendos e de distribuição de ações. A Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Os acionistas poderão declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucro existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia. Estes dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos. Adicionalmente os acionistas poderão decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório. Resultado por ação: O cálculo básico e diluído do resultado por ação é determinado dividindo-se o lucro líquido do exercício, atribuído aos acionistas, pelo número de ações ordinárias em circulação no final do período de 12.973.2014 demonstrando assim a constituição de reserva de incentivos fiscais. Demonstração dos fluxos de caixa: A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures como atividades de financiamentos, em seu fluxo de caixa. Tal classificação é adotada por se tratar de custos e obtenção de recursos financeiros. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"): Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela CVM por meio da Deliberação 557/08. Evista contábil e riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como não são requeridas pelas IFRS, essa demonstração é tratada como informação contábil suplementar. 2.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são aplicadas para períodos de 1º de janeiro de 2024 em diante. O impacto de cada alteração é discutido no texto das notas explicativas. A Companhia e suas controladas aplicaram as seguintes alterações relacionadas: Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1); As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigir novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa 17.b, a Companhia possui empréstimos e financiamentos bancários com garantia que estão sujeitos a covenants específicos. Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2024. Apresentação de informações de demonstrações financeiras ("Risco Sacado"): A Companhia e suas controladas apresentaram as seguintes divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado"): As informações sobre os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2024. A Companhia possui transações de risco sacado conforme nota explicativa 16. 2.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios financeiros com início em 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz as seguintes mudanças: a) Apresentação das demonstrações contábeis a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucro e perda e a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional reconhecido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia e suas controladas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e suas controladas também estão avaliando o impacto sobre como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". B. Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas: • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7 financeiras). 2.3. Uso de estimativas contábeis: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação ao balanço patrimonial e ao resultado abrangente. A Companhia e suas controladas reconhecem suas estimativas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. a. Julgamentos: As informações sobre julgamentos que têm efeito significativo na aplicação das políticas contábeis e valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 2.c - Base de consolidação: se a Companhia detém de fato o controle sobre uma investida. • Nota Explicativa nº 11 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia detém influência significativa sobre uma investida. • Notas Explicativas nºs 2.d, 12 e 13 - Vidas úteis do ativo imobilizado e prazo de amortização dos intangíveis com vidas úteis definidas. • Notas Explicativas nºs 2.d, 12 e 20 - Direito de uso e passivo de arrendamentos: se a Companhia tem razoável certeza para exercer opções para prorrogação dos prazos. b. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco de resultado em um ajuste no exercício estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: • Notas Explicativas nºs 2.d e 5 - Perda de crédito esperado. • Notas Explicativas nºs 2.d e 6 - Provisão para perdas de estoques. • Notas Explicativas nºs 2.d e 14 - Análise de indicadores de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. • Notas Explicativas nºs 2.d e 21 - Provisão para demandas judiciais e passivos contábeis. • Notas Explicativas nº 2.d e 19 - Reconhecimento, mensuração e redução de ativos fiscais diferidos. c. Mensuração do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível e está apresentadas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 27.d - Hierarquia de valores justos: os valores justos são classificados em diferentes níveis utilizando técnicas de avaliação.

3. Gestão de risco dos instrumentos financeiros

3.1. Fatores de risco financeiros: As atividades da Companhia e de suas controladas expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas seguem controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e busca a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O controle de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foi definido pela Diretoria da Companhia e suas controladas. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. a) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. i) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e de suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado de forma dinâmica e busca a diversificação de indexadores em seu passivo financeiro, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores em exposição de taxas de juros da Companhia e suas controladas são indexados a taxas pré e/ou pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI, TJLP e SELIC. A exposição líquida da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024 está apresentada na Nota Explicativa 27. ii) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas viam a incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos hedge para proteger seu risco cambial, a volatilidade do mercado, tais contratos são geralmente designados como hedges de valor justo. As moedas nas quais as transações da Companhia e suas controladas são primariamente denominadas: o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (C). A exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2024 está apresentada na Nota Explicativa 27. b) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco da Companhia e de suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco no final do período foi:

Table with columns: Categoria, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Instrumentos financeiros, etc.

Caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas controladas detinham "Caixa e equivalentes de Caixa" de R\$ 621.907 em 31 de dezembro de 2024 (2023 - R\$ 462.417) e "Instrumentos Financeiros Derivativos" para proteção das flutuações do câmbio decorrentes de transações em moeda estrangeira, sendo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 9.976 (2023 - R\$ 666). O "Caixa e equivalentes de Caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha. O impairment estimado no caixa e equivalente de caixa é calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco, para exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve indicativo de impairment. A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa tem baixo risco de crédito com base nos ratings de créditos externos das contrapartes. Contas a receber e créditos com partes relacionadas: A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Administração da Companhia estabeleceu uma política de crédito no qual cada cliente é analisado individualmente e avaliado quanto à sua capacidade de pagamento (análise de crédito), a qualidade do crédito, levando em consideração a experiência passada, comportamento de mercado, consultas de créditos e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para os clientes são, geralmente, interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os demais clientes com histórico de inadimplências, a Administração exige, em alguns casos, o recebimento antecipado para liberação de novos pedidos. As perdas estimadas são integralmente provisionadas. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplências, exceto pela provisão de perda de crédito esperada, apresentada na Nota Explicativa 5. A Companhia e suas controladas não administram seu risco de tempo por objetivo a concessão de crédito rotativo para empresas integrantes da Companhia e suas controladas, ou seja, exclusivamente para custeio de capital de giro, conforme apresentada na Nota Explicativa 10. c) Risco de liquidez: É o risco da Companhia e de suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados pela área de Tesouraria. Vide análise quantitativa de liquidez na Nota Explicativa 27. 3.2. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrarem seu risco de capital são os de salvaguardar a capacidade de geração de caixa para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas e, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras companhias do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A alavancagem financeira é decorrente basicamente das seguintes operações: (i) Operações de leasing financeiro (máquinas, equipamentos e veículos); (ii) Financiamentos de longo prazo decorrentes de empréstimos de capital de giro; (iv) Operações FINAME (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais com índice de nacionalização mínimo de 60%); e (v) Debêntures. 3.3. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros (consolidado): O passivo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado majoritariamente a contratos preferidos pela variação do CDI - Certificado de depósito interbancário, representado por 77,79% do volume do passivo financeiro consolidado em dezembro de 2024. Além disso, um total de 0,04% do volume do endividamento bancário está atrelado às taxas de juros preferidas; 12,10% vinculados a contratos com variação cambial e 10,08% restantes atualizados por outros indexadores de correção monetária (tais como TJLP e INPC). O CPC 39 - Instrumentos financeiros: Apresentação, CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e CPC 48 - Instrumentos Financeiros dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a explicativa específica, e sobre a explicativa específica de administração de seu risco de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na base de 31 de dezembro de 2024, foram estimados 3 cenários distintos, considerando o cenário de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2024, definimos o Cenário Provável para os 12 meses seguintes (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável) simulamos acréscimo e decréscimo de 20% (Cenário II) e 40% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimento de cada contrato programado para o decorrer de 2024 e anos seguintes. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices de correção de cada contrato para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade destes em cada cenário.

Table with columns: Cenário provável, 20% de oscilação, 40% de oscilação. Rows include Risco, Cotação do dólar, Variação cambial, Despesa financeira projetada, etc.

Table with columns: Cenário provável, 20% de oscilação, 40% de oscilação. Rows include Risco, Cotação do dólar, Variação cambial, Despesa financeira projetada, etc.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024 estão atrelados à remuneração diária de um percentual de variação do CDI, com liquidez diária. Parte das aplicações são caracterizadas como aplicações automáticas, de acordo com o saldo final disponível em conta corrente. Outra parte, foi aplicada em CDB - Certificado de depósito bancário, com liquidez diária através de montantes/lotos específicos negociados e distribuídos nas principais instituições de relacionamento da Companhia e suas controladas. A análise de sensibilidade seguiu os mesmos critérios para o cálculo do passivo, anteriormente descritos.

Table with columns: Cenário I provável, 20% de oscilação, 40% de oscilação. Rows include Aplicações CDI, Receita financeira projetada, Variação, etc.

Companhia e suas controladas incluem as NDF e Swap na análise de sensibilidade utilizando os seguintes cenários: Cenário I - considerado como referencial para a Companhia e suas controladas; obtido através da cotação do câmbio a R\$/US\$ e taxas CDI, com base na compilação de projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias, instituições financeiras nacionais e internacionais e do Banco Central do Brasil. Cenário II a V - apreciação e deterioração sobre as taxas câmbio e de CDI - esses cenários consideram reduções (deterioração) e aumentos (apreciação) de 20% e 40% sobre as taxas de juros (marcados a mercado) atreladas aos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas com posições em aberto na data de fechamento. Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário.

Table with columns: Cenário (I) Provável, 20% de oscilação, 40% de oscilação. Rows include NDF (Bancos), Variação (RS), Swap, etc.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras (I).

(I) As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e CDBs que possuem remunerações médias em torno de 102% (101% em 2023) do CDI. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

5. Contas a receber de clientes

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Clientes nacionais (I), Clientes estrangeiros, Partes relacionadas (vide Nota 10).

(-) Perda de crédito esperada

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Saldo em 31/12/2022, Provisão, Reversão, etc.

Os vencimentos das contas a receber sintética estão apresentados a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Privado, Público, Total. Rows include A vencer, Vencidos até 30 dias, etc.

(I) Refere-se substancialmente a títulos em aberto com partes relacionadas conforme nota explicativa nº 10.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Privado, Público, Total. Rows include A vencer, Vencidos até 30 dias, etc.

Publicação assinada e certificada digitalmente em 25/03/2025 às 14:08:20. A autenticidade pode ser conferida no lado direito. Logos of ICP Brasil and other certification marks.





2024, UM ANO DE CONQUISTAS

União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

União Química  
farmacêutica nacional S/A

Vocação para a vida

\*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

13 Intangível

Controladora	Consolidado			
	Marcas e patentes (I)	Ágio (II)	Software (III)	Total
<b>Custo</b>				
<b>Saldo contábil em 31/12/2022</b>	169.018	13.501	26.688	209.207
Adições	-	-	1.221	1.221
Incorporação de controlada	-	-	4.010	4.010
Reversão de provisão para impairment	1.365	-	-	1.365
<b>Saldo contábil em 31/12/2023</b>	170.383	13.501	31.919	215.803
Adições	101.950	-	1.916	103.866
Baixas	-	-	(194)	(194)
Reversão de provisão para impairment	881	-	-	881
Constituição de provisão de impairment	(3.370)	-	-	(3.370)
<b>Saldo contábil em 31/12/2024</b>	269.844	13.501	33.641	316.986
<b>Amortização</b>				
<b>Saldo contábil em 31/12/2022</b>	(3.544)	-	(18.567)	(22.111)
Adições	-	-	(3.583)	(3.583)
Incorporação de controlada	-	-	(3.861)	(3.861)
<b>Saldo contábil em 31/12/2023</b>	(3.544)	-	(26.011)	(29.555)
Adições	-	-	(3.267)	(3.267)
Baixas	-	-	194	194
<b>Saldo contábil em 31/12/2024</b>	(3.544)	-	(29.084)	(32.628)
Saldo líquido 31/12/2022	165.474	13.501	8.121	187.096
Saldo líquido 31/12/2023	166.839	13.501	5.908	186.248
Saldo líquido 31/12/2024	266.300	13.501	4.557	284.358

Controladora	Consolidado			
	Marcas e patentes (I)	Ágio (II)	Software (III)	Total
<b>Custo</b>				
<b>Saldo contábil em 31/12/2022</b>	272.890	160.036	38.445	471.371
Aquisição de controlada	-	-	(295)	(295)
Adições	-	-	1.271	1.271
Incorporação de controlada	-	-	318	318
Reversão de impairment	1.365	-	-	1.365
Ajuste de conversão	(13.889)	-	-	(13.889)
<b>Saldo contábil em 31/12/2023</b>	260.366	160.036	39.739	460.141
Adições	101.950	-	1.917	103.867
Baixas	-	-	(209)	(209)
Reversão de provisão para impairment	881	-	-	881
Constituição de provisão para impairment	(3.370)	-	-	(3.370)
Ajuste de conversão	69.276	-	-	69.276
<b>Saldo contábil em 31/12/2024</b>	429.103	160.036	41.447	630.586
<b>Amortização</b>				
<b>Saldo contábil em 31/12/2022</b>	(5.580)	-	(28.266)	(33.846)
Aquisição de controlada	-	-	3.837	3.837
Adições	-	-	(4.598)	(4.598)
Baixas	-	-	(3.861)	(3.861)
<b>Saldo contábil em 31/12/2023</b>	(5.580)	-	(32.888)	(38.468)
Adições	-	-	(3.916)	(3.916)
Baixas	-	-	210	210
<b>Saldo contábil em 31/12/2024</b>	(5.580)	-	(36.594)	(42.174)
Saldo líquido 31/12/2022	267.310	160.036	10.179	437.525
Saldo líquido 31/12/2023	254.786	160.036	6.851	421.673
Saldo líquido 31/12/2024	423.523	160.036	4.853	588.412

(i) Está representado pelo custo de aquisição de marcas e patentes de determinados produtos produzidos e comercializados pela Companhia, os quais substancialmente não são amortizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi realizado o teste de recuperabilidade das marcas e patentes, que demonstrou a necessidade de registro de reversão de impairment no valor de R\$ 1.365. Em abril de 2022 houve aquisição das marcas da Bayer pela empresa Songbook BV, correspondente às propriedades intelectuais dos produtos (IP) e registro das licenças sanitária para o Brasil e América Latina. Em 31 de dezembro de 2024 houve a aquisição da marca Apressolína, junto a empresa Novartis, no valor de R\$101.950, pago integralmente. (ii) Está substancialmente representado pelo ágio de R\$ 78.724 gerado na aquisição da empresa Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda., R\$10.992 referente ao ágio pago na investida Tecnopec Consultoria Comércio e Representações Ltda., em 2010, e que foi incorporada pela Companhia no exercício de 2011 e pelo ágio de R\$11.876 gerado na aquisição da empresa Laborati Farmacêutica Ltda. (iii) Está representado por licenças adquiridas de programas de computador, amortizadas no prazo de cinco anos.

14 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

A Companhia e suas controladas avaliaram em 31 de dezembro de 2024, a recuperação do valor contábil do ágio e das marcas e patentes com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, aprovada pela Administração. O teste de recuperação não identificou necessidade de redução ao valor recuperável desses ativos. A provisão para perda por redução ao valor recuperável e eventuais reversões subsequentes são reconhecidas em relação a um novo produto e sobre o ágio na unidade geradora de caixa. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para unidade geradora de caixa (UGC) da Companhia e suas controladas como segue:

Unidade geradora de caixa (UGC)	Consolidado			
	Marcas e Patentes	Ágio	Total	
Linha humana e animal	429.103	260.366	588.139	420.402
<b>Impairment reconhecido</b>	(2.489)	-	(2.489)	1.365

(i) Durante o exercício de 2024, a companhia reconheceu um efeito líquido de impairment de R\$ 2.489, composto por uma provisão de perda ao valor recuperável de R\$ 3.370 e uma reversão de provisão de R\$ 881. Esses valores estão relacionados aos produtos da linha humana, conforme as avaliações de desempenho das marcas dessa linha ao longo do exercício. O valor recuperável das UGCs acima foi baseado no valor justo menos os custos da venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos e fontes internas. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir: (i) Margens brutas; (ii) Taxas de desconto; (iii) Modelo de cálculo CAPM - Capital assets pricing model; (iv) Taxa WACC para fluxo caixa descontado; (v) Participação de mercado durante o período de previsão; (vi) Investimento em working capital - clientes-estabelecimentos a pagar. As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas médias ponderadas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto antes dos impostos, foram reavaliadas através de cálculo iterativo com base no cálculo da taxa de desconto após impostos. Dessa forma, a taxa de desconto de 12,94% (10,90% em 2023) foi calculada através da metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC na sigla em inglês), que corresponde a uma taxa pré-tax de 19,61% (16,51% em 2023). As projeções do fluxo de caixa incluem estimativas específicas para cinco anos e o fluxo de caixa que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,5% (2023: 3,5%), a mesma taxa média de crescimento de longo prazo adotada para a indústria farmacêutica. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. O valor contábil desta UGC era menor que o seu valor recuperável e, portanto, um ajuste na estimativa de redução ao valor recuperável de R\$2.489 em 2024 (2023: R\$1.365) foi reconhecido. A reversão da perda por redução ao valor recuperável foi inteiramente alocada em Outras receitas operacionais líquidas.

15 Fornecedores

As operações que a União Química e suas controladas mantêm com fornecedores nacionais e do exterior são substancialmente representadas por transações de compra de equipamentos industriais e insumos específicos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	247.591	280.028	296.006	351.269
Fornecedores estrangeiros	67.578	96.180	164.651	107.558
Partes relacionadas (vide Nota 10.1)	-	-	-	-
	471.210	468.474	481.639	489.259

Os vencimentos das obrigações junto aos fornecedores nacionais e do exterior estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos até 15 dias	58.017	43.518	61.607	46.568
A vencer até 30 dias	203.507	215.180	227.220	238.250
A vencer de 31 a 60 dias	116.815	113.780	123.103	117.926
A vencer de 61 a 120 dias	89.523	99.630	69.709	86.515
	471.210	468.474	481.639	489.259

16 Fornecedores - Risco Sacado

Mercado local (risco sacado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Companhia possivelmente que alguns fornecedores tenham a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para Instituições Financeiras. Nessa operação, o fornecedor tem o direito de reduzir os seus custos financeiros pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. Em 31 de dezembro de 2024, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras no mercado local ficaram entre 1,24% a.m. e 1,57% a.m. (1,37% a.m. e 1,74% a.m. em 2023), com média ponderada de 1,45% a.m. (1,53% a.m. em 2023). Não ocorreram operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a Instituições Financeiras no mercado externo.	31.407	22.051	39.737	30.805
	31.407	22.051	39.737	30.805

17 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média de encargos %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Moeda Estrangeira:</b>						
FINIMP	4,53% a 748% a.a	2025	104.432	229.031	104.432	229.031
Empréstimo resolução 4131 (i)	7,80% a.a	2025-2027	211.457	273.182	211.457	388.738
			315.889	502.213	315.889	617.769
<b>Moeda Nacional:</b>						
BNDES - FINAME (ii)	Selic + 2,34% a 4,10% a.a.	2025-2029	6.401	8.277	6.470	8.413
Empréstimo resolução 4131	-	-	-	124.237	-	124.237
Capital de giro	CDI + 1,95%	2028-2031	370.639	683.582	370.639	683.582
FINEP	TR + 2,3% a TJLP + 3,3% a.a.	2031-2040	256.711	97.257	256.711	97.257
FINIMP	CDI + 1,77%	2024	-	33.414	-	33.414
Debêntures (a)	CDI + 1,30% a CDI + 1,90%	2026-2031	1.632.024	460.997	1.632.024	460.997
Arrendamento mercantil	CDI + 2,70% a CDI + 5,40%	2025-2027	27.799	49.873	29.192	52.175
			2.609.463	1.457.957	2.95.036	1.490.978
			2.609.463	1.959.850	2.610.925	2.077.844
Circulante			324.967	473.741	326.004	506.847
Não circulante			2.284.496	1.486.109	2.284.921	1.570.997

(i) Operações firmadas pela Companhia de acordo com a Resolução 4131 que possui swap atrelado que resultam em custo de dívida final de CDI + 2,45% a.a.

(ii) Operações firmadas pela Companhia junto ao Banco BNDES para financiamentos de equipamentos. • Empréstimo Lei nº 4131 - Recursos obtidos para suprir necessidade capital de giro. • FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais; • FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos; • FINIMP - Financiamento à importação.

Dívida por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	473.741	-	506.847
2025	324.967	745.737	326.004	774.560
2026	191.223	382.006	191.648	410.216
2027	181.573	132.521	181.573	150.376
Acima de 2028	1.917.700	225.845	1.917.700	225.845
	2.609.463	1.959.850	2.610.925	2.077.844

Os contratos de FINAME e de arrendamento mercantil estão garantidos, respectivamente, pelas máquinas, equipamentos e pelos veículos financiados. Os demais financiamentos estão garantidos por carta fiança, alienação fiduciária e standby letter credit, as quais estão vinculadas às operações de empréstimos bancários internacionais (Lei 4131). As garantias de fiança apresentam um valor contábil total de R\$ 259.228 e são destinadas à cobertura de empréstimos junto a FINEP. a) Debêntures: Em 13 de outubro de 2021, a Companhia celebrou junto aos bancos Bradesco e Santander, a 4ª emissão de debêntures no montante de R\$600.000 (com prazo total de 60 meses, sendo carência de 6 meses para amortização dos juros semestrais e carência de 24 meses para pagamento das parcelas semestrais principais). As debêntures não são conversíveis em ações, possuem garantias fiduciárias das quais constam como garantidores o Sr. Fernando de Castro Marques e a Robberma Administração e a Participações Ltda., e sua remuneração é baseada em 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI acrescida de 1,90% ao ano. Em 13 de junho de 2024, a Companhia celebrou junto aos bancos BTG Pactual e UBS BB a 5ª emissão de debêntures no montante de R\$1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) com prazo total de 7 anos, com pagamento de juros semestrais e com amortizações do principal no 5º, 6º e 7º ano. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica e possuem garantia clean. Sua remuneração é baseada em CDI acrescido de 1,30% ao ano. b) Covenants: A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. As principais cláusulas contratuais estabelecem que a dívida líquida da Companhia (definida em contrato por: a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas com derivativos, bem como avais, fianças e demais garantias em benefício de empresas não controladas nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia (inclusive avais, fianças e outras garantias prestadas que sejam mantidas fora do balanço da Companhia e suas controladas), classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo, bem como obrigações de pagamento por aquisição de ativos e exigível de longo prazo, excluindo-se os passivos de direito de uso (ou passivos de arrendamentos), menos as disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa), dividida pelo EBITDA (definido por: Lucro antes dos Juros, Imposto sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) dos últimos doze meses, não pode exceder aos índices contratuais, medidos semestral ou trimestralmente - a depender do contrato. Os contratos também preveem que o índice de liquidez corrente (definido pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante) se mantenha sempre acima de 1,20. i) Valores contábeis e fluxo contratual: Os valores contábeis e a estimativa dos fluxos contratuais dos empréstimos, financiamentos são os seguintes:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Fluxo contratual	31/12/2024	31/12/2023
<b>Moeda Estrangeira:</b>				
FINIMP	104.432	229.031	97.015	239.578
Empréstimo resolução 4131 (i)	211.457	273.182	171.857	271.622
	315.889	502.213	268.872	511.200
<b>Moeda Nacional:</b>				
BNDES - FINAME (ii)	6.401	8.277	4.209	7.408
Empréstimo resolução 4131	-	124.237	-	124.548
Capital de giro	370.639	683.582	223.710	427.288
Finpe	256.711	97.257	74.364	61.637
Debêntures (a)	1.632.024	460.997	1.152.713	592.441
Arrendamento mercantil	27.799	49.873	26.165	44.676
FINIMP	-	33.414	-	35.533
	2.293.574	1.457.637	1.481.161	1.263.531
	2.609.463	1.959.850	1.750.033	1.774.731

Modalidade	Consolidado			
	Valor contábil	Fluxo contratual	31/12/2024	31/12/2023
<b>Moeda Estrangeira:</b>				
Empréstimo resolução 4131 (i)	104.432	229.031	97.015	239.578
	211.457	273.182	171.857	271.622
	315.889	502.213	268.872	511.200
<b>Moeda Nacional:</b>				
BNDES - FINAME (ii)	6.470	8.413	4.270	7.649
Empréstimo resolução 4131	-	124.237	-	124.548
Capital de giro	370.639	683.582	223.710	427.288
Finpe	256.711	97.257	74.364	61.637
Debêntures (a)	1.632.024	460.997	1.152.713	562.441
Arrendamento mercantil	29.192	52.175	27.457	50.400
FINIMP	-	33.414	-	35.533
	2.295.036	1.480.075	1.482.514	1.269.496
	2.610.925	2.077.844	1.751.386	1.893.666

Em 31 de dezembro de 2023	Controladora			
	Passivos	Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para hedge de emprést		



2024, UM ANO DE CONQUISTAS

União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18



\*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

19.2. Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar): Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	6.122	-	8.043	10.806
Provisão	21.864	11.516	22.717	30.086
Imposto pago a maior	(6.122)	(20.237)	(8.019)	(32.896)
Compensação	-	7.589	(877)	9.578
Incorporação de controlada	-	-	-	(9.531)
Total	21.864	6.122	21.864	8.043

A diferença do valor da provisão e a despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício refere-se à parcela do benefício da Lei do Bem que é registrada em contrapartida com o resultado operacional.

19.3. Somente de renda e contribuição social diferidos: A composição do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferido ativo e passivo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões	94.478	53.855	119.822	71.403
Impairment de ativos	2.331	1.484	2.331	1.484
Prejuízo fiscal	96.809	55.339	122.153	72.887
Arrendamento mercantil	(31.073)	(24.401)	(22.090)	(20.138)
Depreciação - bens de Pesquisa e Desenvolvimento	(20.691)	(21.487)	(20.691)	(21.487)
Depreciação - efeitos entre vida útil fiscal e societária	(58.593)	(42.288)	(68.315)	(50.836)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.430)	15.295	(2.430)	19.088
Compra vantajosa	(899)	(899)	(899)	(899)
Outros	(873)	(1.285)	(873)	(1.285)
Impostos diferidos - ativo	(114.559)	(75.065)	(115.257)	(75.571)
Impostos diferidos - passivo	(17.750)	(19.726)	(17.750)	(19.726)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferida é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Saldo do imposto diferido passivo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Incorporação de controlada	-	-	(126)	-
Movimentação no exercício findo em 31/12/2023, líquida	-	-	(1.023)	-
Saldo do imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2023	-	-	(15.404)	-
Saldo do imposto diferido passivo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	(10.108)
Movimentação no período findo em 31/12/2024, líquida	-	-	-	36.098
Saldo do imposto diferido ativo em 31 de dezembro de 2024	-	-	(19.726)	(19.726)
Saldo do imposto diferido passivo em 31 de dezembro de 2024	-	-	1.976	17.051
O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social tenham as seguintes realizações:	-	-	-	33.423
	-	-	(17.750)	-

2025 2026 2027 2028 2029 2029 - 2035 TOTAL

2025	2026	2027	2028	2029	2029 - 2035	TOTAL
1.521	2.571	2.270	2.819	3.425	13.921	26.527

20. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Novartis Biocências S.A. (i)	10.660	10.166	10.660	10.166
Bayer S.A. (ii)	86.172	80.425	93.145	86.609
Arrendamentos (iii)	101.344	127.835	139.328	185.289
Outras obrigações	2.100	4.758	2.208	4.758
Total	200.276	223.184	253.694	296.835

Circulante Não Circulante

(i) Refere-se substancialmente a dívida contraída em decorrência da aquisição da Anovis Industrial Farmacêutica Ltda. junto à Novartis Biocências S.A., restando apenas última parcela para liquidação do saldo. Este valor é atualizado pelo IPCA e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidos no resultado financeiro o montante de R\$493 (R\$432 em dezembro de 2023), referente a juros incorridos e ajuste a valor presente, em 2024 e 2023 não houve registro.

(ii) Refere-se substancialmente a contraprestação a ser paga pela aquisição da Schering da Brasil Química e Farmacêutica Ltda. junto à Bayer S.A. O pagamento da contraprestação está condicionado a realização de créditos tributários adquiridos no momento da aquisição da empresa Schering pela Companhia.

(iii) Os saldos são representados por arrendamentos de imóveis, veículos e equipamentos e a Companhia e suas controladas utilizam a taxa de desconto entre 8,11% a.a. e 17,68% a.a. As movimentações dos saldos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Novos contratos e renovação de contratos existentes	123.850	50.942	176.880	57.495
Depreciação	30.606	71.812	34.706	181.648
Depreciação	(60.366)	(36.854)	(83.653)	(60.212)
Baixa	(1.095)	-	(2.955)	(51)
Incorporação de controlada	-	37.950	-	-
Saldo no final do período	92.995	123.850	126.978	178.880

Arrendamentos a pagar (registrado no passivo exigível)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	127.835	50.007	185.289	56.786
Incorporação de controlada	-	39.501	-	-
Baixa de contratos de arrendamentos	-	-	-	(58)
Novos contratos e renovação de contratos existentes	30.606	71.812	34.706	181.648
Baixa por pagamento de passivo de arrendamento	(75.997)	(44.472)	(107.183)	(73.713)
Juros sobre passivos de arrendamento	18.900	10.987	26.516	20.626
Saldo no final do período	101.344	127.835	139.328	185.289

Despesa de depreciação com arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras de juros com passivos de arrendamento	18.900	10.987	26.516	20.626
Despesas financeiras de juros com passivos de arrendamento	(18.900)	(10.987)	(26.516)	(20.626)
Total	-	-	-	-

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) Arrendamentos, na mensuração e renovação de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) Arrendamentos. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são materiais para suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise do vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	75.006	60.958	104.559	89.421
2025	34.687	22.850	47.133	34.703
2026	3.187	940	3.630	1.198
2027	1.440	342	1.694	449
Acima de 2028	114.320	155.084	157.016	224.460
Total	(12.976)	(27.249)	(17.688)	(39.171)
	101.344	127.835	139.328	185.289

(\*) Taxas obtidas através de projeções divulgadas pelo boletim Focus

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2026	2027	2028
Fluxo de desembolso sem AVP	75.006	34.687	1.440	342
Cenário com inflação	78.749	37.812	1.626	399

Fluxo de desembolso sem AVP Cenário com inflação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2026	2027	2028
Fluxo de desembolso sem AVP	104.559	47.133	1.694	449
Cenário com inflação	109.776	51.380	1.912	524
Taxa média de inflação (*)	4,99%	9,01%	12,89%	16,77%

Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nesta nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

21. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cíveis. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base em análise de ações em curso, autuações e avaliações de risco onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela Administração e pelos consultores jurídicos.

	Depósitos judiciais		Provisão para demandas judiciais	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2024	30.660	28.643	7.027	10.411
31/12/2023	871	940	41.847	37.352
31/12/2024	7.109	3.557	21.487	13.951
31/12/2023	38.640	33.340	70.361	61.714
Total	45.749	32.199	68.514	75.365

Circulante Não Circulante

Movimentação das provisões:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-
Adições	66.385	61.916	73.647	67.372
Baixa por perda	(2.003)	-	(2.003)	-
Baixa por reversão	6.142	7.148	6.142	7.148
Atualização de saldo	-	-	-	-
Incorporação de controlada	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	70.524	70.072	75.786	74.590
Adições	15.191	17.474	15.191	17.474
Baixa por perda	(4.341)	-	(4.341)	-
Baixa por reversão	(13.178)	(14.075)	(13.178)	(14.075)
Atualização de saldo	10.975	11.453	10.975	11.453
Saldo em 31/12/2024	70.361	65.524	70.361	65.524

A natureza das demandas judiciais e obrigações pode ser resumida como segue: Tributárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns impostos, taxas e contribuições, bem como também, interpretações distintas sobre a forma de apuração ou compensação de determinados tributos. Destacam-se os processos de cobrança de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e a defesa aos autos de infração relativos à cobrança de IPI, PIS e COFINS sobre arrendamento mercantil para aquisição de bens. Trabalhista e previdenciária - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações relativas a resultados obtidos na utilização de medicamentos fabricados pela Companhia. Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras: A Companhia e suas controladas tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como possíveis, para as quais não há provisão constituída, distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	161.070	177.723	161.585	178.138
Trabalhistas e previdenciárias	66.385	61.916	73.647	67.372
Cíveis	79.479	33.436	79.520	33.630
Total	306.934	273.075	314.752	279.140

Os principais processos da Companhia e suas controladas, com grau de risco possível considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são relacionados abaixo: Tributárias: (i) Impugnação administrativa relativa à lavratura do Auto de Infração e imposição de multas, relativo a glosa de despesas tomadas e lidas como não-dedutíveis para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL. Aguarda-se análise e julgamento da defesa apresentada. Os autos foram encaminhados para a Delegacia de Julgamento da Receita Federal onde permanecem aguardando julgamento. Aguarda-se, também, análise e julgamento da Manifestação de Inconformidade apresentada. (ii) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal no exercício de 2004, questionando a comprovação dos custos dos bens e serviços vendidos e sua respectiva dedutibilidade para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL. (iii) Questionamentos da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo relativos à utilização de crédito de ICMS, através de escrituração de notas fiscais de transferência de mercadorias recebidas de estabelecimento filial situado no Distrito Federal. (iv) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais relativo à uma suposta diferença de ICMS apurado e não recolhido. (v) Auto de infração lavrado em razão de suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, em razão da indedutibilidade de despesas registradas pela empresa. (vi) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo relativo à suposto não recolhimento de ICMS na importação de bens por outro estabelecimento, da mesma titularidade. (vii) Execução fiscal consubstanciada em débito de ISS referente a períodos anteriores junto a Prefeitura do Município de São Paulo. Cíveis: (i) Ação de cobrança referente à indenização por danos morais consequente de rescisão contratual com representante comercial, onde a autora alega que a rescisão foi imotivada. (ii) Ação pelo rito ordinário decorrente de rescisão de contrato de serviços logísticos, na qual a autora sustenta que a rescisão não foi imotivada antes do período mínimo de 5 anos estabelecido em contrato e que tal elemento lhe causou prejuízos. (iii) Ação de cobrança referente a questões contratuais de aluguel, onde a autora alega direitos de pagamentos eventuais previstos em contrato. (iv) Ação pretendendo a inexistência dos boletins emitidos, com pedido para que se obstaculizasse a veiculação da publicidade. (v) Ação sobre questionamentos envolvendo créditos oriundos de prestação de serviços de distribuição de medicamentos. (vi) Ação envolvendo propriedade de marcas de medicamentos. Requer indenização por danos materiais e perdas e danos referente ao período em que não houve comercialização dos produtos pela Autora, bem como, devolução das marcas à Autora. Indeferida tutela antecipada de abstenção do uso das marcas, pleiteada na inicial. Aguardando despacho determinando a produção de provas. Trabalhista: (i) A Companhia e suas controladas possuem ações trabalhistas envolvendo discussões sobre pretensões de diferenças salariais. (ii) Os demais processos referem-se a solitações de danos morais, materiais, bem como vínculo empregatício, horas extras e demais consectários legais. Sinistro: Em 17 de novembro de 2022 ocorreu um incêndio que comprometeu a linha de produção de injetáveis e interrompeu parte dos negócios da Companhia na Unidade Fabril Inovat, localizada em Guarulhos - SP, ensejando o acionamento da Apólice de Seguros Patrimoniais, firmada com a Tokio Marine Seguradora S.A., por intermédio da Corretora AON Holding Corretoras de Seguros Ltda. O registro desse sinistro junto à Seguradora iniciou um processo de apuração de prejuízos, e, em razão da demora na regulação do sinistro e do impasse a respeito dos valores de indenização devidos, a Companhia ajuizou ação de indenização securitária em desfavor da Tokio Marine Seguradora S.A., pleiteando o pagamento de indenização relativa a todos prejuízos decorrentes do sinistro, com apuração do valor em fase de liquidação de sentença. A Seguradora efetuou um adiantamento de R\$3,8 milhões à União Química como

reconhecimento parcial dos prejuízos causados pelo incêndio. No entanto, a avaliação dos Danos Materiais e Lucros Cessantes ainda está em curso, para que haja o ressarcimento integral das perdas materiais significativas pela Seguradora, incluindo equipamentos e insumos, além dos lucros cessantes decorrentes da inviabilidade da produção de milhões de unidades de ampolas de medicamentos.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social: Em 10 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 784.452 sem emissão de novas ações da Companhia por meio de capitalização da reserva de incentivos fiscais. Assim, em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado era representado por ações ordinárias, assim distribuídas:

	31/12/2024	31/12/2023
Ações	477.175.650	80.654.538%
MJP Adm. Participações S/S Ltda.	67.330.995	11,380611%
AFP Participações Ltda.	23.561.185	3,982426%
Cleide Marques Pinto	23.561.185	3,982426%
Total	591.629.015	100,00%

Roblerma Administração e Participações Ltda.

MJP Adm. Participações S/S Ltda.

AFP Participações Ltda.

Cleide Marques Pinto

22.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzida da parcela de subvenção governamental e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital. 22.3. Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício conforme deliberado em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio ou saldo remanescente é destinado como reserva de retenção de lucros. 22.4. Reserva incentivos fiscais: A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário, respaldados por lei/decreto junto ao Governo de Minas Gerais e ao Governo do Distrito Federal, mediante assinatura de Acordos de Regimes Especiais. No Distrito Federal, a companhia possui incentivo fiscal de crédito presumido sobre ICMS para produtos fabricados e importados, podendo chegar a 67%, além de diferimento do ICMS sobre importação. Vigência até 2032, conforme Convênio 190/2017. Em Minas Gerais, a companhia possui incentivo fiscal para pagamento de ICMS sobre importações diretas, diferimento do ICMS nas transferências internas entre os estabelecimentos optantes pelo regime de crédito presumido para as vendas internas e interestaduais. Vigência até 2032, conforme Convênio 190/2017. A companhia reconhece estes benefícios na rubrica de receita líquida. Com advento da Lei 14.789/2023, foi revogado o artigo 30 da Lei 12.973/2014 desobrigando assim a constituição de reserva de incentivos fiscais. 22.5. Dividendos mínimos obrigatórios: De acordo com o estatuto social, 6% do lucro líquido anual ajustado como previsto na legislação societária brasileira são destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos propostos está apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	338.622	316.213
Reserva legal (5		



2024, UM ANO DE CONQUISTAS

União Química Farmacêutica Nacional S/A | CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18



União Química  
farmacêutica nacional S/A

Vocação para a vida



\*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

b) **Valores justos dos instrumentos financeiros:** As estimativas dos valores justos dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 consideraram os seguintes métodos e premissas: • Caixa e equivalentes de caixa: estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil, conforme Nota Explicativa 4. • Contas a receber mercado interno e externo: decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas e são classificadas como custo amortizado, estão registrados pelos seus valores originais, ajustados pela variação cambial, quando aplicável, e sujeitos à provisão para perdas. Os valores contabilizados se assemelham aos valores justos nas datas de demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa 5. • Instrumentos financeiros derivativos: são classificados como ativos e passivos financeiros e estão contabilizados pelos valores atualizados através do resultado, conforme Nota Explicativa 9. • Depósitos judiciais: são classificados como custo amortizado e atualizados pelo método dos juros efetivos, conforme Nota Explicativa 21. • Fornecedores: são classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado e os valores são equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica, conforme Nota Explicativa 15. • Fornecedores - Risco sacado: são classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, conforme Nota Explicativa 16. • Empréstimos e financiamentos (em moeda nacional e estrangeira): são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, conforme Nota Explicativa 17. • Outras contas a pagar: são classificados como custo amortizado e atualizados pelo método dos juros efetivos (custo amortizado), conforme Nota Explicativa 20. c) Cálculos dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos: Os cálculos dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 consideraram os seguintes métodos e premissas: • **Non Deliverable Forward ("NDF"):** os valores de mercado dos contratos de NDF foram obtidos através de informações disponíveis no mercado ativo onde esses instrumentos financeiros são negociados. • **SWAP:** valor justo de swaps de taxas de juros é mensurado como o valor presente de fluxos de caixa futuros estimado com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem as estratégias de proteção de preços, de taxas de câmbio e de juros estabelecidas pela Companhia e suas controladas. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores justos estimados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes posições com instrumentos financeiros derivativos:

	Objeto de Proteção	Moeda de Referência	Controladora	
			31/12/2024	31/12/2023
			Valor Notional (USD)	Valor Justo (R\$)
Non-deliverable forwards	Moeda	USD	28.100	9.976
Swap	Moeda	USD	25.839	(2.827)
Total Derivativos de Moedas			53.939	7.149

A Companhia e suas controladas auferiram ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Riscos cambial NDF (bancos)	9.976	-	29.438	661
Swap	-	(2.827)	22.010	5
	9.976	(2.827)	51.448	666

e) **Risco de taxas de câmbio, de juros e operações com instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, tais como NDF e Swap, e sujeitas a efeitos de flutuações cambiais e de juros. As operações de derivativos não têm desembolsos iniciais, sendo devidas apenas nos respectivos vencimentos. Os preços das matérias primas utilizadas pela Companhia e suas controladas são parcialmente referenciadas pela cotação do dólar norte-americano e do euro, enquanto uma parte significativa dos custos, despesas, investimentos e endividamento, são indexados em reais. Sendo assim, o fluxo de caixa da Companhia é continuamente exposto à volatilidade do dólar e do euro frente ao real e das taxas de juros, especialmente em função da oscilação da moeda americana, já que existe uma parcela de custos e de despesas em reais. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Abaixo, resumo da exposição líquida da Companhia e suas controladas ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	10.053	10.372
Contas a receber mercado externo	4.258	4.278	4.316	7.130
Ajuntamento a fornecedor externo	24.602	5.870	25.259	7.545
Non-deliverable forwards	28.100	43.500	28.100	43.500
Swap	25.839	110.542	25.839	110.542
Total exposição ativa	82.799	164.190	93.567	179.089
Empréstimos e financiamentos	(52.200)	(103.257)	(52.200)	(127.129)
Fornecedores externos	(27.075)	(26.153)	(28.348)	(31.358)
Outras contas a pagar	(13.281)	(15.409)	(13.281)	(15.409)
Total exposição passiva	(92.576)	(144.819)	(93.849)	(173.896)
Exposição líquida	(9.777)	19.371	(282)	5.193

Contatos de fornecimento: A controlada Anovis possuía compromissos futuros, oriundos de contratos de fornecimento junto aos seus clientes. Em 31 de dezembro de 2024 totalizam, em quantidade de itens, a relação abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	-	-	30.000.000	-
	-	-	-	30.000.000
	-	-	-	30.000.000

28) Compromissos de longo prazo

Transações que não afetaram o caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Aumento de capital pela transferência da reserva de incentivos fiscais	784.452	-	-	784.452	-	-
Aumento de capital pela transferência da reserva de lucros	-	118.795	-	-	118.795	-
Aumento de capital na investida Bionovis (I)	4.657	3.479	4.657	4.657	3.479	-
Dividendos propostos do exercício	19.301	8.990	19.301	19.301	8.990	-
Dividendo declarado e não pago por subsidiária	(285)	826	(285)	826	826	-
Cisão parcial de ativos em subsidiárias	-	(100.681)	-	-	(369.034)	-
Incorporação de controlada	-	96.893	-	-	-	-
Variação cambial - Contraprestação - aquisição Schering do Brasil	9.350	5.809	9.350	5.809	5.809	-
Diferenças cambiais sobre conversão de balanços	82.202	(19.150)	-	-	-	-
Direito de uso	30.606	71.812	34.706	181.648	181.648	-
	930.283	186.773	852.181	49.487	49.487	-

(i) Refere-se ao aumento de capital da controlada em conjunto Bionovis pela capitalização dos juros sobre capital próprio do qual não houve saída de caixa.

Diretoria

Fernando de Castro Marques - Presidente; Dayane de Souza Duarte - Diretora Financeira de Relações com Investidores; Itacir Alves Nascimento - Diretor de Controladora - CRC 1SP159830/O-9

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas da Companhia em 31 de Dezembro de 2024

O Conselho Fiscal da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, por voto da totalidade dos seus membros, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem divulgadas pela Companhia.

Gerardo Thadeu Pedreira dos Santos - Presidente; Juares Raniero Fonseca; Rostyslav Volodymyrovich Tronenko

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM Nº. 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("DFP"), nos termos da lei e do estatuto social da Companhia.

Fernando de Castro Marques - Presidente; Dayane de Souza Duarte - Diretora Financeira e de Relação com Investidores; Itacir Alves Nascimento - Diretor de Controladora - CRC 1SP159830/O-9

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em cumprimento às disposições constantes no inciso VI do parágrafo 1º, do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Fernando de Castro Marques - Presidente; Dayane de Souza Duarte - Diretora Financeira e de Relação com Investidores; Itacir Alves Nascimento - Diretor de Controladora - CRC 1SP159830/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

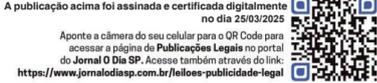
**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da União Química Farmacêutica Nacional S/A - Embu Guaçu - SP Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequamento, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da União Química Farmacêutica Nacional S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável de ágio em aquisição de negócios e marcas e patentes:** Veja as Notas 2.d, 13 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que são compostos por marcas e patentes, cuja realização está suportada por projeção de fluxo de caixa futuro baseada no plano de negócios preparados pela Companhia. Devida à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa e das demais premissas relevantes, como taxas de desconto e margens brutas utilizadas no período de projeção e na perpetuidade, para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos incluíam, entre outros: - Obtenção do entendimento dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções de fluxo de caixa preparadas e aprovadas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: • Avaliamos as premissas utilizadas no estudo realizado pela Companhia. • Avaliamos a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, tais como taxa de desconto, volumes e preços de venda projetados e custos em relação às práticas usuais de mercado e às características do negócio. • Comparamos o valor recuperável apurado pela Administração, com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil das unidades geradoras de caixa. - Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor em uso. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os julgamentos e premissas utilizadas para determinação da estimativa dos valores recuperáveis dos ativos intangíveis, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequação

apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e suas controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriamos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 20 de março de 2025

KPMG  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-027666/F

Fernando Rogério Liani  
Contador CRC 1SP229193/O-2



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/91A9-B58E-CC64-E1EF> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 91A9-B58E-CC64-E1EF



### Hash do Documento

5F3A2886972BB886783EC017045733318338193AEF82F3335A82DDEA44E65079

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/03/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 25/03/2025 00:01 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

